



***PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS***

**LICITAÇÃO N.º 003/CPL/SEMED/2024**

**PROCESSO N.º 2023/054.989**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ESTIMATIVA DE VALOR: R\$ 4.315.260,48 (QUATRO MILHÕES, TREZENTOS E QUINZE MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).**

**ORIGEM DOS RECURSOS: PRÓPRIOS / PNATE / SALÁRIO EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.361.5001.2001 E 02.07.01.12.361.5103.2018**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39**

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 09 DE JULHO DE 2024 ÀS 10:00 HORAS.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MOTORISTAS E MONITORAS PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS QUE COMPÕEM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA IGUAÇU.**

O edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, além de estar à disposição dos interessados à **partir do dia 27 de junho de 2024**, no horário de **09:00h às 17:00h**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico: <https://pmnovaiguacu.geosiap.net.br/portal-transparencia/licitacoes/licitacoes> Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone – via **WhatsApp** nº (21) 96710-7480 ou e-mail: [cpl.semed@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:cpl.semed@novaiguacu.rj.gov.br).

**ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR DA CONTRATAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – SEMED, situada na Av. Abílio Augusto Távora, 1806 – Bairro da Luz – Nova Iguaçu – RJ – CEP 26.260-045.**



Elaborado por Eliane Ambrosio Paes

O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – Secretaria Municipal de Educação – SEMED, mediante o Pregoeiro, ELIANE AMBROSIO PAES e equipe de apoio RENATA DA COSTA FERRAZ e EDVANIA RODRIGUES DA SILVA SOARES, designados através das Portarias nº 501, publicada em 18 de dezembro de 2023 e Portaria nº 506, publicada em 22 de dezembro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **003/CPL/SEMED/2024**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO** por item, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, assim como o Decreto Municipal nº 12.997 de 21 de setembro de 2022, bem como as condições a seguir estabelecida.

## 1. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2 - A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no dia **09 de julho 2024, as 10:00h**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **ABERTO**.

1.3 - No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4 - Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da



etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5 - A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **2. OBJETO**

2.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, motoristas e monitoras para atendimento às Unidades Escolares e Administrativas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, descritos e especificados no ANEXO I deste edital e no Termo de Referência.

2.2 - Em atendimento ao inciso I, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/06, informamos que deverá ser utilizado no item n.º 02, pois o item tem valor inferior ao previsto na legislação.

2.3 – Quanto ao inciso II do art. 48 da presente Lei Complementar, não será admitida a subcontratação do objeto, de modo que não será utilizado o referido inciso.

2.4 - Não será possível a utilização do inciso III do art. 48 da Lei supramencionada, pois mesmo que, este seja divisível, o custo ultrapassa o valor referencial.

2.5 – Justificativa da não utilização do Sistema de Registro de Preços:

Em atenção ao art. 72 e 73 do Decreto Municipal n.º 12.997/2022, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 40, II da lei n.º 14.133/2021, no âmbito do Município de Nova Iguaçu, informamos que todos os veículos serão contratados, não havendo a necessidade de lançar mão do Sistema de Registro de Preços, pois há uma definição precisa das quantidades necessárias para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu.



### **3. DA ESTIMATIVA DE PREÇO**

3.1 - O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em R\$ **4.315.260,48** (quatro milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), conforme item 19.1 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

### **4. IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1 - Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico: [cpl.semed@novaiguaçu.rj.gov.br](mailto:cpl.semed@novaiguaçu.rj.gov.br)

4.1.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2 - Os questionamentos e impugnações serão respondidos pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1 - As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

4.3 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



4.3.1 A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do edital no DOE-NI.

## **5. PARTICIPAÇÃO**

5.1 - Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2 - Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.2.1 - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.2.2 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.3 - Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.3.1. Para os itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), as empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive



Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, desde que atendam aos requisitos do Edital .

5.3.1.1.As empresas não enquadradas no regime da Lei Complementar n.º 123/2006 também poderão apresentar propostas de preços para os itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), estando a adjudicação do objeto a seu favor condicionada ao procedimento disposto no item 11.1 deste Edital.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.5 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6 - Não será admitida a formação de consórcios, uma vez que, o objeto a ser licitado não é considerado robusto, de alta complexidade ou de relevante vulto de modo que as empresas de forma individual não conseguiriam atender ao Termo de Referência, não sendo necessária a junção de esforços de empresas de forma homogênea ou heterogênea para a sua concretização.

5.6.1 - Não será permitida a participação em consórcio, diante da justificativa exarada no Termo de Referência em seu item 20.3.

5.7 – Não será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, uma vez que o objeto desta Licitação implica no vínculo de subordinação entre trabalhador e prestador de serviço, justificando assim a referida vedação em consonância com o Acórdão nº 1.815/2003 do TCU.

5.8 - Não será permitida a participação de mais de uma pessoa jurídica sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.10 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.11 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.12 – Em atenção ao Acórdão nº 600/2015, é vedada a participação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexista vínculo formal da corretora com o órgão contratante.

## **6 - CREDENCIAMENTO**

6.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.3 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.



6.5 – É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Nova Iguaçu, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7 - A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8 - A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.9 - A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11 - Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





## **7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA**

7.1 - As propostas de preço deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> até a abertura da sessão pública da presente licitação, devendo as licitantes, para formulá-las, manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que as respectivas propostas são adequadas ao previsto no Edital.

7.2. – O envio dos arquivos digitalizados compactados das propostas de preços dar-se-á por meio de chave de acesso e senha.

7.3. - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação.

## **8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1. - A efetiva participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da apresentação da proposta de preços e da declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, por meio eletrônico mediante chave de acesso e senha, até o dia e o horário previsto no item 1.2.

8.2 - A proposta de preços deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado ou do percentual de desconto ofertado no caso de critério de julgamento de maior desconto;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço total ofertado, inclusive nos casos de critério de julgamento de maior desconto;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas;
- e) conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.



8.3- A Proposta de Preços poderá ser apresentada em arquivo eletrônico digitalizado do papel timbrado da licitante com todas as especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta.

8.4 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem serviços que não correspondam às especificações contidas no ANEXO II deste Edital serão desconsiderados.

8.5 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias, corridos, a contar da emissão/ recebimento da ordem de serviço.
- e) Para os veículos adaptados serão concedidos 20 (vinte) dias, corridos, a contar da ordem de serviço, para o início da execução do serviço.

8.5.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.6 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;



III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.6.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.7 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestadamente inexequível ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que não tiverem a sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração.

VII – não observem o disposto nos itens 7.1, 8.2 e 8.3 deste Edital.

VIII – não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

8.7.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexequível, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de



produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.8 – Não sendo assinado o contrato ou retirada a nota de empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

8.9 As propostas de preços direcionadas ao quantitativo integral do objeto licitado somente serão analisadas pelo pregoeiro nos termos do item 11.1 deste edital.

## 9 – ABERTURA DA SESSÃO E PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

9.1 – No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema.

9.1.1 – Caso adotado o modo de disputa fechado/aberto, o sistema divulgará apenas a proposta melhor classificada observado o critério de julgamento adotado e aquelas que apresentem valores no intervalo de 10% para mais ou para menos.

9.1.2 – Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

9.2 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

9.3 – Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.4– As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste edital.



9.5– Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexequível.

9.6 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.

9.7– Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8 – O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

9.9- Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

9.10 - O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.11 - Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item 9.10, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.12 – No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.13 - A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após período de prorrogação automática.



9.14 - Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre as duas propostas melhor colocadas seja igual ou inferior a 5%, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.

9.15 – Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.

## 10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO** por item, adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

10.3 – Para os fins da Lei Complementar n.º 123/06, considera-se empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar n.º 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, para os itens cujos valores sejam inferiores a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

10.4 – Ocorrendo o empate nos termos do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

10.4.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o



encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.4.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06, que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.4.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar n.º 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

10.5 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.6 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.7 – Observado o procedimento anterior ou caso inexistentes licitantes enquadrados no regime da Lei Complementar n.º 123/06, havendo empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro anunciará, mediante mensagem eletrônica no sistema, o início da etapa de disputa final entre os licitantes empatados, devendo ser observados os demais critérios previstos no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021, caso persista o empate inicial após ultimada a referida etapa.

10.8 – Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.



10.9 – Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.10 – Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborada pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pelo Pregoeiro e divulgado no sistema eletrônico.

10.11 – O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos (veículos) que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.

10.11.1 – A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

10.12 - A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

10.13 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>





10.14 – Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a nenhum licitante que concorra na qualidade de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, e Sociedades Cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/07, proceder-se-á a abertura de nova sessão pública, ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 5.3.1.1, apresentado proposta de preços.

## **11- HABILITAÇÃO**

11.1 - Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresa Punidas (CNEP) e à Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor por meio da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do sistema eletrônico ou através de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará eventual documentação complementar pontualmente exigida;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;



- c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
- e) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- f) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- g) Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- g.1) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - g.2) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- h) O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- i) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata a alínea anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



j) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pelo Pregoeiro.

11.2 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato /ata de registro de preços/ retirar a Nota de Empenho.

11.3 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.4 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.5 – Em substituição aos documentos de habilitação, poderá a licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral nos termos do art. 93 do Decreto Municipal n.º 12.997/2022, com exceção dos documentos com a validade expirada e os atestados de habilitação técnica e econômico-financeira não contemplados no registro.

11.6 - A certidão de pré-qualificação prevista no art. 58, do Decreto Municipal n.º 12.997/2022 substitui os requisitos de qualificação técnica exigidos neste edital, devendo tal certidão ser remetida ao Pregoeiro em formato digital em conjunto com os demais documentos de habilitação não compreendidos no SICAF.

11.7 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.8. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:



**I - Habilitação Jurídica:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Sociedade Limitada Unipessoal (SLU);
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

**II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

**I - Para todos os licitantes sediados no Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
- ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

**II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

**III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Nova Iguaçu (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,



- ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.
- f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- h) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado onde as licitantes tenham sede, ou Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei n.º 14.133 de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

### **III – Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelos órgãos distribuidores da sede da pessoa jurídica, acompanhada de documento oficial que comprove o quantitativo de órgãos existente na comarca.
- a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.



b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

**Onde:** **AC** é o ativo circulante; **PC** é o passivo circulante; **RLP** é o realizável a longo prazo; **ELP** é o exigível a longo prazo e **AT** é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de dois exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea b serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas instituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “a”, a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.



b.3) Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico–financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.4) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

c) comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado para a contratação na data de abertura do pregão.





#### **IV – Da Qualificação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para execução de objeto de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, observado o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quantitativo total estimado, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado que certifique o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

a.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a.1.1) Quantidade compatível com o objeto da licitação, referente à parcela de maior relevância, com no mínimo 20% (vinte por cento) de cada item do objeto.

a.1.2) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem anos ininterruptos.

a.1.3) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.1.4) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.1.5) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

a.1.6) Justificamos a solicitação do atestado de qualificação ou capacidade técnica com o único intuito de buscar afastar das contratações públicas licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação.

a.1.7) Para os veículos que serão utilizados nos serviços objeto desta licitação, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente



Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

**V - Declarações:**

**V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:**

- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;

**V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:**



- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

11.10 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.12 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.12.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Nova Iguaçu, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

11.12.2 – Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.



## **12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 – O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pelo Pregoeiro.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro e sua falta importará na preclusão do direito.

12.2 – As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

12.3 – As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

12.4 – O Pregoeiro poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

12.5 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei n.º 14.133/2021.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

## **13 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**



13.1 – Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro e homologação do procedimento, observados os termos do art. 35, do Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

#### **14 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, assinar o contrato.

14.1.1 – A prorrogação do prazo deve ser expressa e fundamentalmente requerida pelo adjudicatário, cabendo à Administração analisar o pedido formulado.

14.2 – No ato de assinatura do contrato, será exigida prova da manutenção das condições de habilitação demonstradas na fase de julgamento, devendo ser reapresentadas as certidões ou documentos cuja validade tenha expirado no período transcorrido.

14.3 – O não comparecimento no prazo fixado no item 14.1 ou a não comprovação das condições de habilitação acarretarão a perda do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e da perda da garantia de proposta ofertada.

14.4 – Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 14.1 ou de não comprovação da manutenção das condições de habilitação, o Pregoeiro convocará os demais licitantes, observada a ordem de classificação, para encampar a contratação nos moldes da proposta do licitante vencedor.

14.5 – Caso nenhum dos licitantes classificados aceite formalizar o contrato nas condições do subitem anterior, o Pregoeiro deverá iniciar negociação direta, observada a ordem de classificação, para em primeiro lugar, celebrar o contrato com preços melhores ainda que acima daquele apresentado pelo adjudicatário, ou, caso frustrada a negociação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o contrato nos moldes das respectivas propostas de preços desde que observada a estimativa de valor elaborada pela Administração.

14.6 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

#### **15 – DA ORDEM DE SERVIÇO**



15.1 - O prazo de entrega do objeto será de até 15 (quinze) dias, e 20 (vinte) dias para os veículos adaptados, a contar da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante requerimento fundamentado do contratado.

15.2 – O início da contagem do prazo para atendimento da ordem de serviço somente ocorrerá a partir da certeza de ciência do fornecedor registrado.

15.3 – O não atendimento tempestivo da ordem de serviço, sem justificativa adequada, poderá ensejar o cancelamento da mesma, sem prejuízo das imputações das sanções prevista no item 19 deste Edital.

## **16 – DO RECEBIMENTO**

16.1 – O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega dos itens, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, após emitir parecer circunstanciado pelo fiscal do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Após o parecer circunstanciado do fiscal do contrato, decorrido o prazo de 20 (vinte) dias, corridos, de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

16.2 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, tendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos para realizar a sua substituição.

16.3 – O prazo de entrega do serviço é de 15 (quinze) dias, corridos, contados da emissão da ordem de serviço. Para os veículos adaptados, será concedido 20 (vinte) dias, corridos, a contar da ordem de serviço, para o início da execução do serviço.

16.4 – Caso não seja possível o início da prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que



qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **17 – ESPECIFICAÇÕES DA MÃO DE OBRA**

17. Motorista Categoria D, devem seguir as normas e condutas e ainda o que se apresenta abaixo:

- 17.1.1. Realizar todas as funções especificadas para o Condutor de Transporte Escolar;
- 17.1.2. Conservar as chaves de ignição dos veículos, guardando-as em local seguro;
- 17.1.3. Evitar prejuízos materiais nos veículos;
- 17.1.4. Conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
- 17.1.5. Respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;
- 17.1.6. Para condutores de veículos escolares, além das demais legislações em vigor, devem atender a Resolução nº 789/2020, bem demais regras aplicáveis.

17.2. Monitoras/Acompanhantes: devem seguir as normas e condutas e ainda o que se apresenta abaixo:

- 17.2.1. Zelar pela segurança dos alunos transportados.
- 17.2.2. Observar que os alunos permaneçam sentados, cuidando para que os mesmos não transitem dentro do veículo.
- 17.2.3. Cuidar para que os mesmos não coloquem braços, cabeça para fora das janelas e nem gritem.
- 17.2.4. Cuidar e advertir as crianças que ao descerem da van, nunca atravessem pela frente do mesmo e preferencialmente auxiliem as crianças na saída e ainda se necessário deverá atravessar a via com os alunos.
- 17.2.5. Observar e conservar os pontos de embarque e desembarque das vans, se precisar modificá-las dirigir-se ao Setor de Transporte da SEMED.



17.2.6. Ao observar que algum aluno não respeita as regras, dirigir-se ao Setor de Transporte Escolar, comunicando imediatamente por escrito para que a família do aluno seja comunicada.

17.2.7. As monitoras devem possuir curso específico de monitor para transporte escolar.

17.3. Para os veículos de passeio a habilitação mínima requerida e necessária para os condutores deverá ser de categoria “B” e com a anotação de que exerce atividade remunerada, bem como atender aos subitens 13.1.2 à 13.1.5, e demais normas legais aplicáveis.

17.4 Para os condutores das motos deverá possuir a habilitação na categoria “A” e a anotação de que exerce atividade remunerada, bem como atender aos subitens 16.1.3 à 16.1.5, e demais normas legais aplicáveis.

## **18 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

18.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.2 O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A formalização da contratação ocorrerá por meio de Contrato.

18.3 Após a assinatura do Contrato o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das





estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **18.4 Fiscalização:**

18.4.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlacionadas.

18.4.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, em atenção ao art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.4.3.1 O Fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, art.10 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.4.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme inciso III, do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.4.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

18.4.5.1 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



18.4.5.2 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

18.4.5.3 O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

18.4.5.4 A fiscalização que trata o subitem 18.4 e demais divisões do referido item, deve ser realizada de forma ampla, ou seja, deve-se estabelecer rotinas de fiscalização *in locu*, tanto nos locais de execução do objeto, como nos locais de produção e armazenamento dos insumos.

18.4.5.5 A fiscalização deve adotar as medidas concernentes ao cumprimento integral do art. 13 do Decreto Municipal nº 12.997/2021, podendo ainda, solicitar os documentos complementares que julgar necessário, segue previsão legal na íntegra do Decreto, como se segue:

Art. 13. No caso de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, além da apresentação de certidão atualizada de regularidade trabalhista, será realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

II - cópia dos contracheques dos empregados, relativos ao mês da prestação dos serviços;

III - recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos empregados vinculados ao contrato no mês da prestação do serviço;

IV - guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores vinculados ao contrato no mês da prestação dos serviços;

V - guias de recolhimento de FGTS dos empregados vinculados ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;

VI - registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços;

VII - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;



VIII - avisos e recibos de férias, recibos de 13º salário, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ficha de registro de empregado, autorização para descontos salariais; e

IX - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

§ 1º Caso inobservado ou descontinuado o cumprimento das obrigações trabalhistas, a fiscalização do contrato deverá aplicar sanção de advertência ao contratado fixando prazo máximo para restabelecimento da regularidade.

§ 2º Persistindo a irregularidade, pagamentos pendentes deverão ser retidos até a efetiva regularização, observadas as seguintes diretrizes:

I - a retenção integral do pagamento em aberto é temporária, devendo ser adstrita, assim que possível, ao valor devido pelo contratado;

II - caso o contratado não providencie a regularização com a apresentação dos comprovantes e certidões respectivas até o último dia da competência seguinte à data de entrada da solicitação relativa ao pagamento pendente, a Administração contratante realizará o depósito em conta vinculada aberta para tal finalidade específica, devendo ser resguardada a impenhorabilidade dos recursos;

III - caso o órgão ou entidade responsável entenda conveniente e razoável, a providência prevista no inciso II poderá ser substituída pelo pagamento direto aos empregados do contratado.

§ 3º A conta vinculada aduzida no inciso II será aberta em nome do Município, devendo centralizar todos os depósitos realizados independentemente do órgão ou entidade responsável pela contratação.

§ 4º A realização de depósitos na conta vinculada deverá ser comunicada ao Ministério Público do Trabalho e à entidade sindical representante dos empregados.

§ 5º Os valores depositados somente serão liberados após comprovação da regularidade pelo contratado ou em caso de determinação judicial.

§ 6º Além do cumprimento do disposto neste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva ou predominante, a fiscalização do contrato deverá realizar entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

18.4.5.6 A fiscalização deve elaborar relatórios abordando os tópicos descritos no art. 12 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.4.5.7 A fiscalização do Contrato deve zelar pelo cumprimento das vedações dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, dentre elas o disposto no art. 48.

## **18.5 Gestão do Contrato**



18.5.3.1 O Gestor do Contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, conforme estabelece o art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal 14.133/2021.

18.5.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.5.3.3 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

18.5.3.4 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

18.5.3.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18.5.3.6 A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

18.5.3.7 A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na legislação correlata.



## **19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

19.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155 ao 163 da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- c) multa de 0,5% a 30% (cinco centésimos por cento a trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA.
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

19.1.1 - A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da CONTRATADA observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.



19.1.2 – Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

19.1.3 – As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

19.2 - Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais da CONTRATADA, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

19.3 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever da CONTRATADA de reparação integral dos danos causados à Administração.

19.4 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal 12.997/2022.

19.5 - Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.6 – A notificação da CONTRATADA dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

19.7 – A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.



## 20 – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1 – O contrato firmado pelas partes terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, admitindo-se prorrogações sucessivas observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, mediante expressa e adequada justificativa que ateste o cumprimento das obrigações pactuadas, o adequado atendimento da necessidade administrativa no período transcorrido e a manutenção da vantajosidade dos preços contratados.

20.2 – Nos serviços contratados com escopo definido, caso o objeto não venha a ser integralmente executado dentro do prazo de execução previsto, admitir-se-á prorrogação do prazo de vigência que deverá, preferencialmente, ser formalizada mediante termo aditivo com tempestiva e motivada instrução do pedido correlato.

20.3 – Nas situações descritas no subitem anterior, a ultrapassagem do prazo de vigência não importa em liberação do contratado dos compromissos assumidos ainda que não tempestivamente formalizado o termo aditivo.

20.4 - A extinção do contrato observará as diretrizes do Capítulo VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

## 21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 - O **MUNICÍPIO** fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

21.2 - Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

21.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do pedido.



21.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

21.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexista justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21.9 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido no item 19.5 serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

## **22 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1 – O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em R\$ 7.370.400,00 (sete milhões, trezentos e setenta mil e quatrocentos reais), **conforme especificações do Termo de referência.**

22.1 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2024, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39**

**PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.361.5001.2001 E 02.07.01.12.361.5103.2018**

**FONTE DE RECURSO: PRÓPRIOS/PNATE/SALÁRIO EDUCAÇÃO**





22.2 – As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

## **23 – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

23.1 – O contratado, observado o prazo de 01 (um) mês a contar da homologação da licitação, deverá, como condição à assinatura do contrato, oferecer garantia de execução contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, exceto para o item nº 02 (dois), que não tem a referida exigência, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações do contratado, em uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública;
- Seguro-Garantia ou
- Fiança Bancária.

23.2 – caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

23.3 – Em caso de rescisão de Contrato motivada por culpa do contratado, a garantia reverterá integralmente aos cofres públicos cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa contratada, com o intuito de reparar tais danos. O contratado ficará obrigado a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação, nos seguintes casos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização ao contrato;
- c) prejuízos diretos causados à contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pelo contratado.

23.4 – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Fazenda Municipal, situada à Rua Athaide Pimenta de Moraes, nº 528, Paço Municipal, Nova Iguaçu/RJ – Tel.: (21)3770-6107.

## **24 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO**



24.2 - Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **fixado em contrato**.

24.3 - A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo desde que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência, sob pena de preclusão do direito.

24.4 – Os pedidos de reajuste, repactuação e revisão deverão observar as diretrizes fixadas no Decreto Municipal n.º 12.997/2022 e, em caso de prorrogação do contrato, deverão ser ressalvados sob pena de preclusão do direito.

## 25 - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

25.2 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

25.3 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Agente de Contratação e membros da Equipe de Apoio.



25.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.5 – O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do fornecedor registrado para terceiros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

25.7 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

25.8 – Integram este Edital os seguintes Documentos:

Anexo I – Termo de Referência/ETP/Memória de Cálculo/Estimativa de Preços

Anexo II – Formulário Oficial de Proposta;

Anexo III – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo IV – Modelo de Declaração Específica;

Anexo V – Declaração Carta de Credenciamento;

Anexo VI – Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo VIII – Declaração que não emprega menor;

Anexo IX – Minuta do Contrato

Nova Iguaçu, 20 de junho de 2024.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PROCESSO: 2023/054.989

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA:



Documento assinado digitalmente

ELIANE AMBROSIO PAES

Data: 26/06/2024 10:38:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**ELIANE AMBROSIO PAES**

**Pregoeira**

**Mat.: 60/730.550-1**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

O presente procedimento objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, motoristas e monitoras para o atendimento às Unidades Escolares e Administrativas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu.

A licitação será realizada na modalidade: Pregão, em sua forma Eletrônica, menor preço unitário, por item, conforme preceituam a Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 30 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

O modo de disputa a ser adotado é o da proposta aberta.

### **2. JUSTIFICATIVA**

#### **2.1. Da Contratação:**

Considerando a grande extensão geográfica do município, com regiões diversas, bem como áreas consideradas rurais e outras de difícil acesso;

Considerando que o serviço de transporte escolar não atinge a todas as escolas do município, devido às particularidades específicas, tais como número de alunos atendidos; área de abrangência e atendimento a portadores de necessidades especiais;

Considerando as necessidades administrativas da Secretaria municipal de Educação, relacionadas a deslocamentos de seus servidores para funções inerentes a suas atribuições, entrega e recebimento de processos e documentos pertinentes à pasta e serviços de manutenção (que não são cobertos por contratos vigentes) nas Unidades Escolares e Administrativas da Rede Municipal de Ensino;

Considerando que a Secretária Municipal de Educação deve promover e facilitar o acesso à educação para todos os alunos que o buscam, reduzindo de todas as formas possíveis a evasão escolar, trazendo ainda, segurança aos alunos e consequentemente aos pais e responsáveis, com o transporte escolar gratuito, uma vez que, as famílias menos aquinhoadas, ou seja, que não despõe de recursos financeiros para custear o transporte dos seus filhos até as Unidades Escolares;



Considerando a necessidade de deslocamento das equipes técnicas da SEMED objetivando a fiscalização dos contratos de serviços, bem como, as demais atividades administrativas do Setor Financeiro, Setor Pedagógico e da equipe que realiza as pequenas manutenções nas Unidades Escolares.

Considerando que a contratação de transporte escolar é uma medida essencial para garantir o acesso à educação de qualidade a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência física. Nesse sentido, a contratação de vans tradicionais e adaptadas para deficientes físicos se faz necessária e justificável pelos seguintes motivos:

1. Acesso igualitário à educação: A inclusão de estudantes com deficiência é um direito garantido por lei. Ao disponibilizar vans adaptadas, estamos assegurando que esses alunos tenham acesso igualitário à educação, permitindo que frequentem a escola de forma segura e confortável.

2. Mobilidade e autonomia: As vans adaptadas para os estudantes com deficiência são equipadas com recursos como rampas de acesso, elevadores e espaços adequados para acomodar cadeiras de rodas. Essas adaptações proporcionam maior mobilidade e autonomia aos estudantes com deficiência, permitindo que se desloquem para a escola de forma independente e sem barreiras arquitetônicas.

3. Segurança e conforto: As vans tradicionais e adaptadas são veículos projetados para oferecer segurança e conforto aos passageiros. Com sistemas de cintos de segurança, assentos confortáveis e manutenção regular, esses veículos garantem um transporte seguro e tranquilo para os estudantes, independentemente de suas necessidades físicas.

4. Eficiência e pontualidade: A contratação de vans para o transporte escolar permite uma gestão eficiente dos horários e rotas, garantindo que os estudantes cheguem à escola no horário adequado. Isso é especialmente importante para os alunos com deficiência física, que podem precisar de tempo adicional para se deslocar e se acomodar no veículo.



5. Inclusão social: Ao disponibilizar vans adaptadas para os estudantes com deficiência, estamos promovendo a inclusão social desses estudantes. Ao se sentirem acolhidos e integrados no ambiente escolar, eles têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades acadêmicas, sociais e emocionais, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Em conclusão, a contratação de transporte escolar tipo van tradicional e van adaptada para os estudantes com deficiência é uma medida justificável e necessária para garantir o acesso igualitário à educação, promover a inclusão social e proporcionar segurança e conforto aos estudantes com deficiência.

Essa iniciativa está alinhada com os princípios de igualdade de oportunidades e respeito aos direitos humanos, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Ressaltando, que os diversos setores da SEMED necessitam de veículos para as mais diversas medidas administrativas, nas Unidades Escolares, equipes de manutenção, protocolo, visita às Escolas e outros, de tal modo, que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, através da contratação de empresa especializada, visa desta forma, exclusivamente atender e impactar no melhor desempenho das ações da Secretaria Municipal de Educação.

## **2.2. Tratamento Diferenciado a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs):**

**Valor Referencial até R\$ 80.000,00** – Em atenção aos preços obtidos e na Lei Complementar 123/2006, art. 48, informamos que deverá ser utilizado o inciso I da referida lei e artigo, apenas para o item 2 que teve o valor inferior ao previsto na legislação.

Quanto ao inciso II, não será admitida a subcontratação do objeto, de modo que não será utilizado o referido inciso.

Informo que, não será possível a utilização do inciso III da lei supramencionada, pois mesmo que, este seja divisível, o custo ainda ultrapassa o valor referencial.



### 2.3. Justificativa do Sistema de Registro de Preços

Em atenção ao art. 72 e 73 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 40, II da Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Nova Iguaçu, informo que todos os veículos serão contratados, não havendo a necessidade de lançar mão do Sistema de Registro de Preços, pois conforme encaminhado pelo solicitante há uma definição precisa das quantidades necessárias para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu.

## 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Segue o detalhamento e a quantidade dos itens a serem contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
<b>VEÍCULO TIPO PASSEIO</b>		
1	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>com motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial) Obs.: Um motorista por veículo.	05
2	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>sem motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial).	01
<b>VEÍCULO TIPO VAN</b>		





3	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. a 3.500 rpm, motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial).</p> <p>Obs.: Um motorista e monitora por veículo.</p>	08
4	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. (mínima), motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial).</p> <p>Obs.: Um motorista por veículo.</p>	02
5	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v., motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm,, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e</p>	06



	traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento, <b><u>com acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida, adaptada para comportar 3 cadeiras de rodas, mais 5 bancos</u></b> . Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.	
<b>VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO</b>		
6	<b>Veículo utilitário, para transporte de equipe de manutenção e carga</b> , adaptada para 05 passageiros, cor branca, <b><u>com motorista</u></b> , 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com ar condicionado, com potência de no mínimo 170 c.v., motorização: 2.0, Combustível: diesel, câmbio: 9 marchas (manual), entre-eixos: 2.990 (mínimo), encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, 04 portas, com caçamba com um volume aproximado de 930 litros e com capacidade de carga aproximada de 1.000 kg, com lona para cobrir (coberta), tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Fiat Toro Volcano 2.0 diesel AT 9 4 x 4 2024 – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.	02
<b>VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA</b>		
7	<b>Motocicleta, duas rodas</b> , 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), quilometragem livre, cilindragem cúbica igual ou superior a 125 cc, arrefecido a ar; potência 13 c.v. transmissão de 5 (cinco) velocidades; partida elétrica, capacidade mínima do tanque de 15 (quinze) litros, injeção eletrônica, capacidade para condutor e bagageiro, freio a disco na roda dianteira e a disco ou a tambor na roda traseira, vão livre do solo de, pelo menos 175 mm, equipamento de segurança tipo antena e equipamento de proteção para membros inferiores, giroscópio intermitente	01



	visual, Digilight led intermitente, na cor vermelha, módulo – sirene, capacete e demais equipamentos de segurança; Adesivagem com a logomarca da Prefeitura nos dois lados do tanque de combustível; Possuir os padrões de visualização definidos pelo Código de trânsito Brasileiro e /ou órgãos públicos competentes; Possuir os equipamentos e documentação obrigatórios definidos no Código de Trânsito Brasileiro; sem combustível, <b><u>com condutor</u></b> para ficar á disposição da Contratante. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada; com bagageiro (baú para carga). Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. (Tipo Yamaha Factor 125i UBS 2024 – marca meramente referencial).	
--	--	--

**3.2.** Considerando as especificações dos itens supramencionados, ratificamos que dado a sua natureza estes são comuns, pois diversas empresas de locação de veículo no mercado podem atender a demanda, possuindo de tal modo, casuísmo moderado e de forma geral, em regra possuem uma padronização.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO E VIDA DO OBJETO**

**4.1.** Os veículos que irão transportar os alunos das Unidades Escolares, tipo van, com acessibilidade e sem acessibilidade, todas com monitora/acompanhante, exceto o item 4, que serão distribuídas de acordo com o ANEXO I do documento remetido pelo Setor de Transporte da SEMED.

**4.2.** Os veículos utilitários adaptados para passageiros com cinco lugares e carga serão utilizados pelos Setores de Tecnologia de Informação e Equipe de Manutenção. Os veículos tipo hatch com quatro portas e motorista irão atender as demandas dos setores de Alimentação Escolar, Supervisão Escolar, Transporte Escolar, Protocolo, Pedagógico, Financeiro e Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

**4.3.** Durante toda a vida útil do objeto os veículos estarão empregados às atividades educacionais, pedagógicas, no setor do protocolo externo, as demandas administrativas e prestando todo o apoio operacional para os diversos setores da SEMED.



**4.4.** O ciclo de vida do objeto se perpetuará no tempo, tendo em vista o serviço ser de cunho essencial, diante de tal fato o mesmo é enquadrado como um serviço contínuo.

## **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas com a execução do presente Contrato ocorrerão à conta de dotações orçamentarias próprias assim classificadas:

<b>PROGRAMA / AÇÃO</b>	<b>ELEMENTO DA DESPESA</b>	<b>FONTE</b>
02.07.01.12.361.5001.2.001	3.3.90.39	PRÓPRIOS/SALÁRIO EDUCAÇÃO
02.07.01.12.361.5103.2018	3.3.90.39	PRÓPRIOS/PNATE/SALÁRIO EDUCAÇÃO

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Fornecer os veículos de acordo com as normas vigentes e as especificações da administração da SEMED;

**6.2.** Disponibilizar os veículos, devidamente registrados e licenciados, conforme características e especificações constantes deste Termo de Referência, sendo vedada a utilização para fins diferente do indicado;

**6.3.** Os veículos deverão ser de propriedade da CONTRATADA e deverão estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com equipamentos obrigatórios, exigidos pela legislação de Trânsito;

**6.4.** Os veículos fornecidos deverão ser novos (zero quilômetro) e terão de ser substituídos pela contratada quando atingirem no máximo 24 (vinte e quatro



meses de fabricação ou 80.000 km rodados, o que ocorrer primeiro), obedecido o prazo contratual.

**6.5.** Responsabilizar - se, integralmente, pela contratação de seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, danos materiais e danos corporais, sendo globalmente responsabilizada dos direitos estabelecidos em seguros que venham a contratar, inclusive pelas franquias, sem ônus e responsabilidades para a CONTRATANTE;

**6.6.** A plena isenção de responsabilidade da CONTRATANTE estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de usos e caso fortuitos e que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora;

**6.7.** Suprir as imobilizações dos veículos por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra responsabilidade da CONTRATANTE, com veículo reserva de características idênticas e nas mesmas condições estabelecidas nos Termo de Referência, no prazo máximo de 02 hs (duas horas), ou 05 hs (cinco horas), conforme o seu uso, de forma que não haja descontinuidade de sua utilização (uma vez que o serviço é contínuo e atende as crianças que precisam se deslocar no trajeto casa-escola e escola-casa, bem como a necessidade contínua dos demais veículos), ou seja, que fique garantido o deslocamento dos alunos da casa a sua residência e vice-versa sem prejuízos a estes;

**6.8.** Manter os veículos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;

**6.9.** As manutenções preventiva e corretiva dos veículos serão realizadas por conta da CONTRATADA, sem ônus para o órgão ou entidades da CONTRATANTE, inclusive no que toca à iniciativa de tal manutenção que será



de obrigação da contratada, considerando a média de utilização de 4.500 km por mês para efeito de planejamento;

**6.10.** Apresentar, quando alterar o modelo ou marca de um veículo, comprovação de que o mesmo está com seu plano de manutenção em dia;

**6.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre prestação de serviços, exceto quando o condutor der causa;

**6.12.** Manter pessoal capacitado a atender as suas obrigações contratuais, indicando um representante para atuar de forma conjunta com o responsável pela área de transportes do órgão ou entidade CONTRATANTE, bem como disponibilizando números de telefones que atendam, 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, a emergências e substituições de veículos, quando se fizerem necessárias;

**6.13.** Atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do presente Termo, responsabilizando - se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, planos de saúde e outras;

**6.14.** Responsabilizar- se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão ou entidade CONTRATANTE, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

**6.15.** Responder as ações e /ou reclamações arguidas por terceiros contra o órgão CONTRATANTE e arcar com ônus decorrentes, por prejuízos.



**6.16.** Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habitação e qualificação exigida neste TERMO;

**6.17.** Comunicar antecipadamente a data e o horário da entrega, não sendo aceito os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

**6.18.** Prestar os esclarecimentos que foram solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;

**6.19.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do órgão ou entidade CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do veículo, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;

**6.20.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.21.** A falta de entrega de quaisquer dos veículos, cujo serviço de locação incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste TERMO e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**6.22.** Respeitar as resoluções, Normas e instruções do Município e aceitar integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle dos veículos, adotados pela Fiscalização do órgão ou entidade a que atender;





- 6.23.** Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação - SEMED, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgados necessários para a execução do contratado;
- 6.24.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 6.25.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo - lhe integralmente os ônus dele decorrentes;
- 6.26.** Arcar com as despesas com seguro e transportes dos veículos até os locais de entrega;
- 6.27.** Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação, que será observado, quando dos pagamentos à contratada, ao longo da vigência do contrato, conforme o previsto no Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.28.** Prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos veículos, sempre que a ela imputáveis.
- 6.29.** Acatar as instruções emanadas da fiscalização.
- 6.30.** Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes aos serviços, a menos que expressamente autorizada pelo MUNICÍPIO.
- 6.31.** Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.





**6.32.** Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;

**6.33.** Atender de forma integral o disposto no art. 13 Decreto Municipal nº 14.133/2022;

**6.34.** Não transferir ou ceder a obrigação prevista neste Termo de Referência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e exposto consentimento ao MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE**

**7.1** Acompanhar e fiscalizar o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contratado;

**7.2** Prestar as informações e os esclarecimentos sobre o Contrato, que venham a ser solicitados pela Contratada e estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do Contrato;

**7.3** Fiscalizar a fiel observância das disposições do Contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes e encaminhando cópia imediatamente a Contratada, para a pronta correção das irregularidades apontadas;

**7.4** Pagar a importância correspondente aos serviços efetivamente executados pela Contratada, no prazo, mediante as notas fiscais/faturas devidamente atestadas, conforme preceitua o art. 124 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

## **8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.1.** Para efeito de julgamento, será levado em conta o menor preço por item da proposta assim obtida, considerando o preço total da execução do serviço.

**8.2.** Optou-se pelo menor preço por item, como critério de julgamento, uma vez que, por ser divisível o objeto, mostra-se mais vantajoso para esta Administração



Pública a ampliação da disputa que este formato proporciona, além do mesmo ser reconhecido como critério geral a ser observado, conforme o disposto na Súmula nº 247 do TCU.

**8.3.** Considerando a grande quantidade de interessados nos certames licitatórios de uma forma geral e a quantidade de itens e veículos que serão destinados a Secretaria Municipal de Educação e em respeito às normas legais a licitação deverá ocorrer pelo menor preço por item o que atrairá uma maior quantidade de licitantes e a possibilidade de se obter o menor valor por proposta enviada.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **9.1. Sustentabilidade:**

**9.1.1.** A Empresa contratada para prestar o serviço de transporte deverá implementar ações que reduzam o descarte de materiais referente a manutenção dos veículos, adquirindo peças de qualidade para que tenham uma vida útil maior e direcionar as peças e equipamentos danificados para a reciclagem ou sua correta destinação de forma a não impactar negativamente o meio ambiente, de tal modo que a empresa deverá apresentar declaração quanto a esse comprometimento da assinatura do contrato, no que se refere aos subitens 9.1.1 e 9.1.2.

**9.1.2** Para os veículos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de veículos cujo **fabricante** esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

### **9.2. Subcontratação**

**9.2.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**9.3.** Demais requisitos de contratação



**9.3.1.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Secretaria Municipal de Educação no que tange às reais necessidades dos alunos.

**9.3.2.** Vale ressaltar que se trata de um serviço comum, com ampla disponibilidade no mercado e deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme estabelece o art. 30 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**9.3.3.** A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**9.3.4.** Quanto aos veículos e mão de obra:

a. tipo Van Escolar deve possuir motorista:

- Os condutores das Vans devem ser habilitados na Categoria D;
- Idade superior a 21 anos;
- ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- CNH com a informação que exerce atividade remunerada.

b. Os veículos tipo Van Escolar deve possuir monitora:

- Curso de monitora.

c. Os veículos tipo passeio deve possuir motorista:



- Habilitação na Categoria B;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- d. Os veículos tipo utilitário com caçamba, deve possuir motorista:
- Habilitação na Categoria B;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- e. Os veículos tipo motocicleta, deve possuir condutor:
- Habilitação na Categoria A;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- f. A escala para as Vans Escolares é de: 44 horas semanais, intervalo para o almoço e previsão de duas horas extras.
- g. Sendo compreendido de Segunda-feira à Sexta-feira e caso necessário sábado letivo
- h. Todos os profissionais devem estar devidamente uniformizados com blusa gola olímpica ou polo e calça jeans ou brim com a logotipo da empresa.
- i. Os veículos e os funcionários destinados ao serviço de transporte escolar não poderão ser utilizados para o atendimento de demandas da empresa contratada, ou seja, os veículos e os funcionários são exclusivos para a prestação de Serviços da Secretaria Municipal de Educação, caso contrário tal ato será configurado desvio de finalidade, ensejando as devidas penalidades.



- j. O garageamento dos veículos será de responsabilidade da empresa Contratada.
- k. No ato da entrega a Contratada deverá comprovar a regularidade do veículo, mediante a apresentação de documentação pertinente.

## **10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Será exigido da Contratada a garantia contratual de execução conforme abaixo exposto nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 5% do valor contratual, condições descritas nas cláusulas do contrato.

**10.2.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, Seguro-garantia ou Fiança bancária.

## **11. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1** Nas aquisições públicas há a necessidade de buscarmos práticas sustentáveis com a finalidade de proteger os recursos naturais, ou seja, salvaguardar o meio ambiente, de tal modo, deve ser aplicado mecanismos com a finalidade de reduzir o consumo excessivo de água na limpeza dos veículos com a utilização de pressurizador de alta pressão, que ajudará a reduzir a quantidade de água a ser utilizada, bem como, produtos que não agredam o meio ambiente, detergentes, sacos plásticos e insumos biodegradáveis, também com a utilização de equipamentos que tenham a vida útil de uma maior duração, bem como demais práticas ecológicas a serem adotadas pela empresa contratada.

**11.2** Conforme apontado no subitem 9.1.1 o licitante deverá apresentar declaração no ato da assinatura do contrato que atendem os subitens 9.1.1 e 9.1.2.



## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação do pedido de pagamento, sendo encaminhado a solicitação de pagamento acompanhado de nota fiscal emitida pela Contratada, conforme os serviços prestados, que necessariamente serão confirmadas e atestadas por 03 (três) servidores desta Secretaria, conforme determina a legislação vigente.

**12.2.** A solicitação de pagamento deverá ser autuada na Secretaria requisitante, observando os requisitos dispostos no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**12.3.** A contratada deverá apresentar a documentação exigida no art.124 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, que versa sobre os procedimentos de pagamento no âmbito do Município e demais documentos solicitados pelo Fiscal do contrato.

**12.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**12.5.** Quanto ao procedimento de pagamento o setor responsável deverá, ainda, realizar consulta prévia e obrigatória no sistema de cadastro unificado referente às empresas em relação aos contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros.

**12.6.** A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação correlata.

**12.7.** Deverá ser verificado junto aos autos a informação que trata do recebimento provisório e definitivo com vistas ao seu cumprimento.

**12.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se



refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. Sendo assim, pago apenas a quantidade e valor correspondente ao item efetivamente entregue e que foi dimensionada pelo Fiscal do contrato.

**12.9.** O objeto da presente contratação não traz em seu escopo a necessidade de pagamento antecipado.

**12.10.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente oras indicados pelo contratado na solicitação de pagamento, conta bancária em nome da empresarial que consta no instrumento contratual. Devendo ainda, serem realizadas as retenções previstas em lei, ressalvado os casos oriundos de legislação própria, por exemplo: MEI e Simples Nacional. Para esses casos, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei.

### **13. ESPECIFICAÇÕES DA MÃO DE OBRA**

**13.1. Motorista Categoria D,** devem seguir as normas e condutas e ainda o que se apresenta abaixo:

**13.1.1.** Realizar todas as funções especificadas para o Condutor de Transporte Escolar;

**13.1.2.** Conservar as chaves de ignição dos veículos, guardando-as em local seguro;

**13.1.3.** Evitar prejuízos materiais nos veículos;

**13.1.4.** Conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

**13.1.5.** Respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;



**13.1.6.** Para condutores de veículos escolares, além das demais legislações em vigor, devem atender a Resolução nº 789/2020, bem demais regras aplicáveis.

**13.2. Monitoras/Acompanhantes:** devem seguir as normas e condutas e ainda o que se apresenta abaixo:

**13.2.1.** Zelar pela segurança dos alunos transportados.

**13.2.2.** Observar que os alunos permaneçam sentados, cuidando para que os mesmos não transitem dentro do veículo.

**13.2.3.** Cuidar para que os mesmos não coloquem braços, cabeça para fora das janelas e nem gritem.

**13.2.4.** Cuidar e advertir as crianças que ao descerem da van, nunca atravessem pela frente do mesmo e preferencialmente auxiliem as crianças na saída e ainda se necessário deverá atravessar a via com os alunos.

**13.2.5.** Observar e conservar os pontos de embarque e desembarque das vans, se precisar modificá-las dirigir-se ao Setor de Transporte da SEMED.

**13.2.6.** Ao observar que algum aluno não respeita as regras, dirigir-se ao Setor de Transporte Escolar, comunicando imediatamente por escrito para que a família do aluno seja comunicada.

**13.2.7.** As monitoras devem possuir curso específico de monitor para transporte escolar.

**13.3.** Para os veículos de passeio a habilitação mínima requerida e necessária para os condutores deverá ser de categoria “B” e com a anotação de que exerce atividade remunerada, bem como atender aos subitens 13.1.2 à 13.1.5, e demais normas legais aplicáveis.





**13.4.** Para os condutores das motos deverá possuir a habilitação na categoria “A” e a anotação de que exerce atividade remunerada, bem como atender aos subitens 13.1.3 à 13.1.5, e demais normas legais aplicáveis.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

**14.2.** Quando da aplicação de sanções administrativas aos contratados, a Administração Pública deverá observar todas as diretrizes e prazos fixados nos art. 155 ao 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**14.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas em Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.4.** Ainda, quanto às sanções, segue algumas prerrogativas descritas no art. 123 do Decreto Municipal nº 12.997/2022:

**14.4.1.** A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou pelo Fiscal do contrato, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato.



**14.4.2.** A multa que supere 5% do valor contratado e as sanções de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade deverão ser aplicadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação.

**14.4.3.** Nos casos de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, sinalizada a infração administrativa praticada e o cabimento da sanção pela fiscalização do contrato, a autoridade máxima do órgão ou entidade deverá instituir comissão para apuração e responsabilização integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis.

**14.4.4.** Em se tratando de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, após a manifestação da comissão prevista no parágrafo anterior os autos deverão ser remetidos para análise por parte da Procuradoria-Geral do Município.

**14.4.5.** A aplicação das sanções de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade será informada ao órgão central de controle interno do Município que deverá adotar as providências necessárias à implementação, manutenção e atualização de cadastro municipal de empresas punidas, além de zelar pela atualização das informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), observado o prazo do art. 161 da Lei Federal n.º 14.133/2021 para a atualização dos cadastros.

**14.4.6.** A superveniência de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**14.4.7.** A notificação do contratado deverá ser realizada por qualquer meio que assegure a certeza do recebimento, admitindo-se a publicação de edital no DOE-NI em caso de devolução de AR sem comprovante de recebimento ou de não confirmação de comunicação eletrônica.



## 15. DO RECEBIMENTO

**15.1.** O Objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega dos itens, da seguinte forma:

**15.1.1. Provisoriamente:** de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, após emitir parecer circunstanciado pelo fiscal do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da entrega do objeto.

**15.1.2. Definitivamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Após o parecer circunstanciado do fiscal do contrato, decorrido o prazo de 20 (vinte) dias, corridos, de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**15.1.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, tendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos para realizar a sua substituição.

## 16. EXECUÇÃO DO OBJETO

**16.1.** Condições da Entrega:

**16.1.1.** O prazo de entrega do serviço é de 15 (quinze) dias, corridos, contados da emissão da ordem de serviço. Para os veículos adaptados será concedido 20 (vinte) dias, corridos, a contar da ordem de serviço para o início da execução do serviço.

**16.1.2.** Caso não seja possível o início da prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



## **17. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**17.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**17.3.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**17.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de Contrato.

**17.5.** Após a assinatura do Contrato o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**17.6.** Fiscalização:

**17.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlacionadas.

**17.6.2.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, em atenção ao art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.



**17.6.3.** O Fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, art.10 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**17.6.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme inciso III, do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**17.6.5.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**17.6.6.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**17.6.7.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**17.6.8.** O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**17.6.9.** A fiscalização que trata o subitem 17.6 e demais divisões do referido item, deve ser realizada de forma ampla, ou seja, deve-se estabelecer rotinas de fiscalização *in locu*, tanto nos locais de execução do objeto, como nos locais de produção e armazenamento dos insumos.

**17.6.10.** A fiscalização deve adotar as medidas concernentes ao cumprimento integral do art. 13 do Decreto Municipal nº 12.997/2021, podendo ainda, solicitar os



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

Processo nº 2023/054989

Rubrica: Fls.:

documentos complementares que julgar necessário, segue previsão legal na integra do Decreto, como se segue:

Art. 13. No caso de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, além da apresentação de certidão atualizada de regularidade trabalhista, será realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

II - cópia dos contracheques dos empregados, relativos ao mês da prestação dos serviços;

III - recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos empregados vinculados ao contrato no mês da prestação do serviço;

IV - guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores vinculados ao contrato no mês da prestação dos serviços;

V - guias de recolhimento de FGTS dos empregados vinculados ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;

VI - registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços;

VII - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

VIII - avisos e recibos de férias, recibos de 13º salário, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, ficha de registro de empregado, autorização para descontos salariais; e

IX - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

§ 1º Caso inobservado ou descontinuado o cumprimento das obrigações trabalhistas, a fiscalização do contrato deverá aplicar sanção de advertência ao contratado fixando prazo máximo para restabelecimento da regularidade.

§ 2º Persistindo a irregularidade, pagamentos pendentes deverão ser retidos até a efetiva regularização, observadas as seguintes diretrizes:

I - a retenção integral do pagamento em aberto é temporária, devendo ser adstrita, assim que possível, ao valor devido pelo contratado;

II - caso o contratado não providencie a regularização com a apresentação dos comprovantes e certidões respectivas até o último dia da competência seguinte à data de entrada da solicitação relativa ao pagamento pendente, a Administração contratante realizará o depósito em conta vinculada aberta para tal finalidade específica, devendo ser resguardada a impenhorabilidade dos recursos;

III - caso o órgão ou entidade responsável entenda conveniente e razoável, a providência prevista no inciso II poderá ser substituída pelo pagamento direto aos empregados do contratado.

§ 3º A conta vinculada aduzida no inciso II será aberta em nome do Município, devendo centralizar todos os depósitos realizados independentemente do órgão ou entidade responsável pela contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

Processo nº 2023/054989

Rubrica: Fls.:

§ 4º A realização de depósitos na conta vinculada deverá ser comunicada ao Ministério Público do Trabalho e à entidade sindical representante dos empregados.

§ 5º Os valores depositados somente serão liberados após comprovação da regularidade pelo contratado ou em caso de determinação judicial.

§ 6º Além do cumprimento do disposto neste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva ou predominante, a fiscalização do contrato deverá realizar entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

**17.6.11.** A fiscalização deve elaborar relatórios abordando os tópicos descritos no art. 12 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**17.6.12.** A fiscalização do Contrato deve zelar pelo cumprimento das vedações dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, dentre elas o disposto no art. 48.

**17.7. Gestão do Contrato**

**17.7.1.** O Gestor do Contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, conforme estabelece o art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal 14.133/2021.

**17.7.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**17.7.3.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



**17.7.4.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**17.7.5.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**17.7.6.** A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

**17.7.7.** A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na legislação correlata.

**17.7.8.** A Gestão do Contrato deve zelar pelo cumprimento das vedações dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, dentre elas o disposto no art. 48.

## **18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**18.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**18.2.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário, por item.

**18.3.** Forma de fornecimento

**18.4.** O fornecimento do objeto será nas quantidades descritas neste Termo de Referência, conforme exposto no subitem 16.1.2.

**18.5.** Exigências de habilitação





**18.6.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**I - Habilitação jurídica**

I.I - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

I.II - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

I.III - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

I.IV - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

I.V - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

I.VI - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

I.VII - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

I.VIII - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

I.IX - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **II - Habilitação fiscal, social e trabalhista**

II.I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II.II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

II.III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II.IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II.V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



II.VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

II.VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

II.VIII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### III - Qualificação Econômico-Financeira

III.I - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

III.II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

III.III - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



c. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

d. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

III.IV - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

III.V - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

III.VI - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

III.VII - Em se tratando de empresa que estejam em recuperação judicial, a mesma deverá fornecer o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sendo ainda necessário que os índices contábeis estabelecidos sejam aferidos à luz do referido documento.

III.VIII – Justificamos que os índices utilizados e requeridos, estes visam determinar que a empresa goza de boa saúde financeira e possam, assim, se responsabilizar ou se comprometer com o fornecimento dos materiais da presente licitação, conforme mencionado no art. 69, inciso II, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/2021:

LG: é um indicador financeiro cujo objetivo é mensurar a capacidade de uma organização de cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo;

SG: ele representa a relação entre os recursos disponíveis para a empresa e suas obrigações financeiras;



LC: é um indicador usado para mensurar, a curto prazo de tempo, a capacidade de pagamento de uma companhia.

#### **18.7. Qualificação Técnica**

**18.7.1.** Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**18.7.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a. Quantidade compatível com o objeto da licitação, referente à parcela de maior relevância, com no mínimo 20%, de cada item do objeto.
- b. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

**18.7.3.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**18.7.4.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**18.7.5.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



**18.7.6.** Justificamos a solicitação do atestado de qualificação ou capacidade técnica com o único intuito de buscar afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação.

**18.8.** Para os veículos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

## **19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**19.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.315.260,48 (quatro milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

**19.2.** O valor do contrato poderá ser alterado em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos do disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 104 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**19.3.** O valor do contrato poderá ser alterado em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços firmados;

**19.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, respeitado ainda, o que determina o art. 103, do Decreto Municipal nº 12.997/2022, ensejando a análise da Procuradoria Geral do Município.



## **20. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO, COOPERATIVA E CORRETORES**

**20.1.** Não será aceito a formação de consórcios, uma vez que, o objeto a ser licitado não é considerado robusto, de alta complexidade ou de relevante vulto de modo que as empresas de forma individual não conseguiriam atender ao Termo de Referência, não sendo necessária a junção de esforços de empresas de forma homogênea ou heterogênea para a sua concretização.

**20.2.** A vedação do consórcio na prestação de serviço de locação de veículos, analisando o presente caso concreto, não reduziria o número de participantes do certame licitatório, pois é fato que diversas empresas trabalham no segmento de locação de veículos automotores.

**20.3.** Tendo em vista a regra a ser aplicada pela a Administração Pública que seria em admitir a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio nos certames licitatórios. Contudo, analisando o presente caso concreto, vimos no sentido de apresentar justificativa para o afastamento e consequentemente da não aceitação da participação de empresas constituída na forma de consórcios, conforme o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no inciso IV, art. 22 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, sendo assim, concluimos que a vedação quanto à participação de constituição de empresas em forma de consórcio no certame licitatório em tela, é a que melhor atende ao interesse público e não trará prejuízos a competitividade do certame, evitando ainda a cartelização do mercado no presente certame. Pelo contrário, em havendo tantas empresas distintas que atuam no segmento do objeto da contratação serão prestigiados os princípios da competitividade, moralidade e economicidade.

**20.4.** Fica ainda, vedada à participação de cooperativas, uma vez que, o objeto em questão implica no vínculo de subordinação entre trabalhador e prestador do serviço, justificamos assim, a referida vedação em consonância com o Acórdão nº 1.815/2003 do TCU, que abaixo transcrevo:

*se, pela natureza da atividade ou pelo modo como é  
usualmente executada no mercado em geral, houver*



*necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem assim de pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados;*

**20.5.** Em atenção ao Acórdão nº 600/2015, é vedada a participação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexista vínculo formal direto da corretora com órgão contratante.

## **21. OBSERVAÇÕES**

No preço apresentado deverão estar inclusos todos os encargos sociais, tributos, transportes.

**Prazo de entrega:** O comprometente receberá a Ordem de Serviço estabelecida pela SEMED, e terá 15 (quinze) dias, corridos, contados da emissão da ordem de serviço. Para os veículos adaptados serão concedidos 20 (vinte) dias, corridos, a contar da ordem de serviço para o início da execução do serviço.

**Local de entrega:** Av. Abílio Augusto Távora, nº 1806 – Bairro Jardim Alvorada – Nova Iguaçu – RJ – CEP: 26.265-090.

**Período de Vigência:** 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, renovável por igual período e prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que, seja verificado a vantajosidade e a economicidade da prorrogação.





## **22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlatas, no que couber.

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência:

Em 18 de março de 2024.

**MÁRCIO GRÁCIAS SARAIVA**  
Superintendente de Projetos Especiais  
Mat.: 34/728.967-1

Aprovado:

Em 18 de março de 2024.

**Maria Virgínia Andrade Rocha**  
Secretária Municipal de Educação  
Mat. nº 11/694.638-8

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 004/2024**

**LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 12.997/2022**

## **1. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

---

A Secretaria Municipal de Educação tem o compromisso permanente de aprimorar os padrões de qualidade no ensino, buscando sempre acolher as demandas que pressupõem melhor atender aos discentes, contribuindo de forma significativa com seu aprendizado, induzindo o comprometimento com os estudos por parte dos alunos. Tal comprometimento se torna como uma ferramenta para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e, uma dessas ações, se configura com a disponibilização de Vans Escolares para as regiões Rurais e Urbanas, onde a entrada dos ônibus escolares e transporte público não tem acesso, ou para os alunos com algum tipo de deficiência, possibilitando assim, que tenham condições de frequentar uma das Unidades Escolares do Município de Nova Iguaçu, com dignidade e respeito.

A Secretaria Municipal de Educação, além do cuidado com os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, também possui a necessidade diária de transporte de funcionários, com expedientes externos e documentos Oficiais, bem como, com os serviços de fiscalização desempenhados pelos servidores da Secretaria no acompanhamento dos Contratos, atuando de forma eficaz e eficiente, evitando falhas nos serviços, que poderiam ser prestados de forma incorreta, caso não houvessem equipes atuantes nas referidas fiscalizações.

Os serviços de transporte da SEMED também atuam no sentido de deslocar as equipes de manutenções que trabalham diariamente nas Unidades Escolares, prestando pequenos serviços de reparos ou manutenções, pinturas entre outras.

O presente estudo visa entender a necessidade e a importância da prestação de serviço de locação de veículos, tipo vans, utilitários, carros e motos que visam auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino para o apoio nas áreas administrativas da SEMED no exercício das atribuições dos servidores e que irá contribuir para que os alunos possam trabalhar as atividades escolares ensinadas na sala de aula.

É fato, que a falta do transporte adequado poderia inibir que os mesmos frequentassem o ambiente escolar, comprometendo ou interrompendo o processo de aprendizagem dos alunos e as atividades que são de suma importância para o crescimento psicológico, humano e pedagógico dos nossos alunos.

Ressaltamos também a importância de serem prestados os serviços de transporte aos funcionários que desempenham as atividades de fiscalização dos Contratos firmados pela Secretaria Municipal de Educação. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, sendo tal

execução, em sua maioria das vezes prestadas nas Unidades Escolares espalhadas por todo o Município, sendo necessários diversos veículos para assegurar o fiel cumprimento, como já exposto, dos Contratos Administrativos.

O serviço de transporte também é utilizado pelo Setor Pedagógico que frequentemente visitam as Unidades Escolares sob a responsabilidade da SEMED e as Unidades Escolares privadas para que sejam cumpridos e orientados todos os requisitos Pedagógicos implementados pela SEMED.

Considerando que os responsáveis pelos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação na sua maioria não possuem condições financeiras para arcarem com os custos de transporte.

Considerando que a SEMED já disponibiliza o transporte, também, por meio de vans escolares, e que adotar tal prerrogativa ou prestar tal serviço no âmbito da Secretaria Municipal de Educação tem favorecido os alunos menos aquinhoados economicamente, encurtando, assim, a possibilidade de discriminações, segregações, situações vexatórias e até mesmo vem de encontro a reduzir a evasão escolar, dando condições iguais a todos os alunos na obtenção de Educação de Qualidade.

A Secretaria Municipal de Educação possui a política e necessidade de contratar o serviço de transporte escolar para os alunos, para os funcionários (fiscais, protocolo, supervisão escolar e outros) e para o pessoal de manutenção com o deslocamento dos seus equipamentos ou ferramentas necessárias para o desenvolvimento das suas tarefas de manutenção e pequenos reparos.

Ressalvo que, apesar do serviço de transporte escolar dos alunos matriculados na rede Municipal de Ensino ser também prestados por ônibus escolares e pelo transporte público (bilhetagem eletrônica), estes não atendem alguns pontos considerados de difícil acesso e áreas rurais mais distâtes, bem como de crianças com necessidades especiais, e o não atendimento por questões técnicas/operacionais são de difícil solução, que com o transporte com Vans Escolares vêm sendo rompidas tais barreiras ampliando significativamente o bom desempenho e a presença dos alunos nas Unidades Escolares.

## **2. RESULTADOS PRETENDIDOS**

---

A Secretaria Municipal de Educação dentro da sua prerrogativa essencial visa proporcionar cada vez mais um espaço propício ao aprendizado, e ofertando a todos os alunos, como de direito, uma educação de qualidade.

A prestação de serviço em tela proporcionará que todos os alunos matriculados e aos funcionários possam possuir ferramentas que contribuam para o seu estudo e para o apoio administrativo, atendendo às diretrizes pedagógicas, deste modo, desenvolvendo e aprimorando o ambiente de aprendizado nas escolas públicas Municipais.

Neste sentido, a prestação de serviço de locação de veículos escolares e para o setor administrativo e pedagógico tornar-se-á um ato praticado para o benefício da coletividade e, por conseguinte, a supremacia do interesse público, e os acenados serviços permanecerão empregados em seu objeto essencial, ou seja, aplicados no Setor Educacional, destinados aos estudantes da Rede Pública de Ensino Municipal, matriculados nas unidades escolares, bem como aos funcionários públicos da SEMED, sem configurar mau uso dos recursos públicos.

Esperamos com a contratação atender a todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino com um serviço de transporte de qualidade, sendo prestado no decorrer do ano de 2024, com o encerramento do atual contrato de prestação de serviço em vigor previsto para o mês de maio de 2024.

### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

---

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e no futuro termo de referência. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Secretaria Municipal de Educação no que tange às reais necessidades dos alunos.

Vale ressaltar que se trata de um serviço comum, com ampla disponibilidade no mercado e deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme estabelece o art. 30 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os requisitos necessários para a contratação são:

- Comprovação de aptidão para a execução do objeto licitado, mediante apresentação de declaração em papel timbrado, firmada por pessoas físicas ou jurídicas públicas e/ou privadas, que sendo clientes da licitante, atestem a capacidade da mesma para proceder a execução do objeto licitado; (com identificação e endereço da pessoa jurídica emitente, nome e cargo do signatário);
- Comprovando que já executou objeto compatível, em prazo e quantidade, com o que está sendo licitado, sendo a quantidade estimada em pelo menos 20%;

#### **3.1. As empresas ainda devem atender:**

- a. tipo Van Escolar deve possuir motorista:

- Os condutores das Vans devem ser habilitados na Categoria D;
  - Idade superior a 21 anos;
  - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- b. Os veículos tipo Van Escolar deve possuir monitora:
- Curso de monitora.
- c. Os veículos tipo passeio deve possuir motorista:
- Habilitação na Categoria B;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- d. Os veículos tipo utilitário com caçamba, deve possuir motorista:
- Habilitação na Categoria B;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.
- e. Os veículos tipo motocicleta, deve possuir condutor:
- Habilitação na Categoria A;
  - CNH com a informação que exerce atividade remunerada.

A escala para as Vans Escolares é de: 44 horas semanais, intervalo para o almoço e previsão de duas horas extras.

Sendo compreendido de Segunda-feira à Sexta-feira e sábado letivo (caso necessário).

Todos os profissionais devem estar devidamente uniformizados com blusa gola olímpica ou polo e calça jeans ou brim.

### **3.2. As empresas ainda devem atender:**

- a. Os veículos e os funcionários destinados ao serviço de transporte escolar não poderão ser utilizados para o atendimento de demandas da empresa contratada, ou seja, os veículos e os funcionários são exclusivos para a prestação de Serviços da Secretaria

Municipal de Educação.

#### **4. PRAZO DE VIGÊNCIA**

---

A contratação inicial será de 12 meses, período padrão para análise da qualidade dos serviços prestados e decisão de continuidade com a empresa contratada.

Sob o aspecto de caracterização, este tipo de serviço se prolonga no tempo e é prestado de maneira permanente, sendo assim, sua interrupção implicaria possíveis danos e prejuízos à Administração, com a interrupção das aulas por parte de alguns alunos que dependem do serviço prestado, ratificando de tal modo, que o serviço possui natureza contínua.

Considerando o objeto a ser contratado, conclui-se que o serviço possui natureza continuada, pois o objeto atende uma necessidade legal e não pode ser interrompido, caracterizando-se como um serviço contínuo diante da sua essencialidade e habitualidade.

Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua *“essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”* (TCU. Acórdão nº 132/2008)

Em atenção ao prazo contido nos dispositivos legais, mais propriamente na Lei Federal nº 14.133/2021, informamos que o prazo de vigência total do contrato poderá ser de até 10 anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

---

**5.1** Para o levantamento de preços de mercado deverá ser utilizado a cesta de preços aceitáveis, podendo ser utilizado a Instrução Normativa do Ministério da Economia SEGES/ME Nº 65/2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços nas contratações públicas e Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**5.2** Vale ressaltar que se trata de um serviço comum, com ampla disponibilidade no mercado e deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**5.3** A locação de veículos automotores com serviço ou não de mão de obra exclusiva não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5.4** Considerando o tipo de serviço e a quantidade de funcionários a ser contratado pela

empresa vencedora do certame licitatório, deve-se atentar para o limite de faturamento de cada tipo de empresa, como se segue: Microempreendedor individual (MEI): **faturamento** de até R\$ 81.000 (oitenta e um mil reais) por ano; Microempresa (ME): **faturamento** de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano; **Empresa** de Pequeno Porte (EPP): o **limite de faturamento** EPP é de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano; **Empresa** de médio porte: receita bruta anual acima de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), sem **limite** para o **faturamento**.

**5.5** Sendo assim, é certo afirmar que a única limitação que tem-se conhecimento seria o faturamento da empresa, conforme acima exposto o que pode reduzir o número de empresas interessadas no certame, infelizmente não é possível alterar nem flexibilizar a formatação da contratação.

**5.6** Dentro do ponto de vista mercadológica não há limitações específicas, a descrição do serviço é sucinta e diversas empresas que atuam na área podem ofertar o serviço.

**5.7** Relação de Empresas que prestam serviços de limpeza:

**5.8** Para o levantamento de preços de mercado deverá ser utilizado à cesta de preços aceitáveis, podendo ser utilizado a Instrução Normativa do Ministério da Economia SEGES/ME Nº 65/2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços nas contratações públicas e Decreto Municipal nº 12.997/2022.

Segue relação de empresas que atuam no mercado na prestação de serviço de locação de veículos:

CNPJ	EMPRESA	REGIÃO
00.082.648/0001-54	BAN CAR DE IGUAÇU VEICULOS LTDA	NOVA IGUAÇU
12.011.917/0001-70	TRANSPORTE WALMONTE	RIO DE JANEIRO
02.491.558/0001-42	LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S/A	SÃO PAULO
27.595.780/0001-16	CS BRASIL FROTAS S.A.	SÃO PAULO
39.918.097/0001-51	NOVA VIDA LOCACOES LTDA	RIO DE JANEIRO
06.025.418/0001-30	LOCADORA GRILLO E RIBEIRO LTDA	RIO DE JANEIRO
13.478.900/0001-90	V TECH COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA	DUQUE DE CAXIAS

## **6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** Em atenção ao Decreto Municipal nº 12.997/2022, que Regulamenta a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da administração municipal, bem como traz em seu escopo as determinações inerentes ao sistema de registro de preços previsto no art. 82, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no âmbito do Município de Nova Iguaçu. Em análise ao objeto a ser contratado, informo que, considerando o Art. 72 e os incisos I, II, III e IV do Art. 73 do Decreto Municipal supramencionado, aponta hipóteses para lançar mão e assim utilizar o SRP nas contratações, contudo não será necessária a utilização do Sistema de



Registro de Preços, pois a necessidade administrativa quanto à prestação de serviço está bem delineada, ou seja, o setor de transporte já conhece a sua demanda, tendo assim, apresentado quando da solicitação planilha indicativa quanto aos locais que as vans e demais veículos serão utilizados, demonstrando ainda a demanda para cada um dos veículos.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

---

Os veículos que irão transportar os alunos das Unidades Escolares, tipo van, com acessibilidade e sem acessibilidade, todas com monitora/acompanhante que serão distribuídas de acordo com o ANEXO I, remetido pelo Setor de Transporte da SEMED.

Os veículos utilitários adaptados para passageiros com cinco lugares e carga serão utilizados pelos Setores de Tecnologia de Informação e Equipe de Manutenção.

Os veículos tipo hatch com quatro portas e motorista irão atender as demandas dos setores de Alimentação Escolar, Supervisão Escolar, Transporte Escolar, Protocolo, Pedagógico, Financeiro e Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

Não existe dúvida quanto à relevância da necessidade de veículos para atender e auxiliar nas atividades da SEMED e para o atendimento dos alunos, dentre as várias opções de transporte escolar, vimos no sentido de estudar as formas de contratação que melhor atende a necessidade administrativa.

### **7.1. Tipos de soluções para o transporte dos alunos**

**7.1.1. Aquisição de veículos:** Na aquisição o veículo será incorporado à frota do órgão, cabendo a este a responsabilidade pela gestão da manutenção e documentação pertinente, bem como a contratação dos motoristas, ressaltando que não há no quadro da SEMED tal previsão. Lembrando ainda, que seria necessário a contratação de um empresa para realizar as manutenções dos veículos, podendo ocorrer a paralização do transporte escolar, o que não pode ocorrer, tendo em vista ser um serviço imprescindível e essencial na vida dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

**7.1.2. Locação de veículos (com ou sem motorista):** O serviço consiste na disponibilização de veículos pela empresa contratada, a qual se responsabiliza pela manutenção de cada veículo disponibilizado, pela gestão da documentação pertinente e pela substituição dos veículos. A modelagem inclui franquia mensal e valor por km rodado, ou quilometragem livre.

**7.1.3. Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede (STIP):** Serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de



comunicação em rede. A contratada (operadora de STIP) seria uma empresa de tecnologia que não presta serviços de transporte, mas sim de intermediação. Os motoristas parceiros são prestadores de serviço de transporte individual privado. Atuam de maneira independente e autônoma e contratam os serviços de intermediação digital prestados pela empresa de tecnologia. A operadora de STIP apresenta, em geral, modelo de preço dinâmico que pode variar de modo a equilibrar a oferta e a demanda em cada momento. Assim, não se determinam preços fixos por quilômetro. Os usuários passam a conhecer o preço a praticar no momento da viagem, mediante consulta ao aplicativo. Os motoristas cadastrados não são funcionários das empresas operadoras de STIP, não havendo garantia de que cumpram regras de conduta profissional. Portanto, não podem as operadoras, em virtude da falta de ingerência, ser responsabilizadas por condutas ilegais eventualmente praticadas pelos motoristas.

**7.1.4. Bilhetagem Eletrônica (transporte rodoviário):** tal modalidade é utilizada pela Secretaria Municipal de Educação e atende a um público de aproximadamente 7.000 (sete mil) alunos, contudo, nem todos os pais permitem que seus filhos utilizem o transporte público por questões de segurança e por cautela, ressaltando ainda, que o transporte público não está acessível em todos os bairros e Unidades Escolares, tornando tal solução adequada, mas que apesar de extremamente importante deixa de atender uma grande parte dos alunos.

**7.1.5. Prestação de Serviço de Transporte Escolar:** os ônibus escolares atendem a um público estimado de 3.400 alunos com rotas pré-definidas, o que em casos específicos em razão da demografia do Município de Nova Iguaçu, com inclusive áreas rurais, ruas de difícil acesso e dificuldade de locomoção por alguns alunos, tornando a solução importante, mas que não consegue alcançar a um número muito grande de nossos alunos, que é complementado com o transporte público que, ainda assim, não atende a todos os alunos.

**7.1.6.** Tendo em vista, os fatos e soluções apresentadas, a contratação por meio da locação das vans escolares e a de veículos diversos com a kilometragem livre é a que melhor atende a necessidade administrativa e vai de encontro à conjugação de esforços para que todos os alunos tenham como de direito, uma educação de qualidade, o que consequentemente desencadeia a inevitável carência de transporte escolar. A prestação do serviço de transporte escolar virá de encontro a contribuir com a presença de mais alunos na sala de aula, atendendo assim, aos anseios da população.

## **8. IMPACTO AMBIENTAL**

---

Todo e qualquer tipo de transporte urbano motorizado é fonte de atividade poluidora, pois utilizam de combustível fóssil são poluidores em potencial.

Considerando tal premissa o Código de Trânsito Brasileiro previu no seu art. 104 que:

*Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.*

O controle periódico da emissão de gases poluentes nos veículos é uma importante ferramenta para auxiliar com a redução que tal impacto traz ao meio ambiente.

Em atenção e em atendimento as questões ambientais que devem ser ponderadas e analisadas na contratação de serviços e produtos para os entes públicos, orientamos que no Termo de Referência e Edital seja previsto a redação que se segue, conforme 6ª Edição da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Advocacia Geral da União:

1) **Termo de Referência:** *Para os produtos (veículos) que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de produtos cujo **fabricante** esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.*

2) **Inserir no EDITAL** - *item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:*

*“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos (veículos) que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.*

*a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;*

*O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que*

*o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.*

*- Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.*

*- Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os licitantes, entendemos que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal é inseri-la na especificação do produto a ser adquirido.*

*- Nessa hipótese, o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP. A exigência de registro no CTF não se dirige ao próprio licitante.*

(6ª Edição da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis).

## 9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**9.1** O setor responsável pelo Transporte Escolar apresentou o levantamento da necessidade atual, ressaltamos que o número de crianças com necessidades especiais e tendo em vista o grande crescimento populacional e a necessidade de fiscalização por parte da SEMED em loco em todas as Unidades Escolares espalhadas no Município de Nova Iguaçu, impactou em um aumento na quantidade de veículos necessários, pois a carência de veículo traz uma grande repercussão de forma direta no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação. De tal modo, segue resumo da memória de cálculo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
<b>VEÍCULO TIPO PASSEIO</b>		
1	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <u>com motorista</u> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da	05

	Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial) Obs.: Um motorista por veículo.	
2	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b><u>sem motorista</u></b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial).	01
<b>VEÍCULO TIPO VAN</b>		
3	<b>Veículo utilitário, tipo van</b> , para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b> , com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. a 3.500 rpm, motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <b><u>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</u></b> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.	08
4	<b>Veículo utilitário, tipo van</b> , para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b> , com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. (mínima), motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <b><u>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</u></b> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da	02

	<p>Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial).</p> <p>Obs.: Um motorista por veículo.</p>	
5	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v., motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm,, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento, <b><u>com acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida, adaptada para comportar 3 cadeiras de rodas, mais 5 bancos</u></b>. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial).</p> <p>Obs.: Um motorista e monitora por veículo.</p>	06
<b>VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO</b>		
6	<p><b>Veículo utilitário, para transporte de equipe de manutenção e carga</b>, adaptada para 05 passageiros, cor branca, <b><u>com motorista</u></b>, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com ar condicionado, com potência de no mínimo 170 c.v., motorização: 2.0, Combustível: diesel, câmbio: 9 marchas (manual), entre-eixos: 2.990 (mínimo), encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, 04 portas, com caçamba com um volume aproximado de 930 litros e com capacidade de carga aproximada de 1.000 kg, com lona para cobrir (coberta), tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta</p>	02

	da Contratada. (Tipo Fiat Toro Volcano 2.0 diesel AT 9 4 x 4 2024 – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.	
<b>VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA</b>		
7	<b>Motocicleta, duas rodas</b> , 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), quilometragem livre, cilindragem cúbica igual ou superior a 125 cc, arrefecido a ar; potência 13 c.v. transmissão de 5 (cinco) velocidades; partida elétrica, capacidade mínima do tanque de 15 (quinze) litros, injeção eletrônica, capacidade para condutor e bagageiro, freio a disco na roda dianteira e a disco ou a tambor na roda traseira, vão livre do solo de, pelo menos 175 mm, equipamento de segurança tipo antena e equipamento de proteção para membros inferiores, giroscópio intermitente visual, Digilight led intermitente, na cor vermelha, módulo – sirene, capacete e demais equipamentos de segurança; Adesivagem com a logomarca da Prefeitura nos dois lados do tanque de combustível; Possuir os padrões de visualização definidos pelo Código de trânsito Brasileiro e /ou órgãos públicos competentes; Possuir os equipamentos e documentação obrigatórios definidos no Código de Trânsito Brasileiro; sem combustível, <b><u>com condutor</u></b> para ficar á disposição da Contratante. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada; com bagageiro (baú para carga). Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. (Tipo Yamaha Factor 125i UBS 2024 – marca meramente referencial).	01

## 10. ANÁLISE DO PROCESSO ANTERIOR

A presente contratação visa substituir a empresa que atualmente presta o serviço nas Unidades Escolares e SEMED, pois se aproxima o limite máximo das renovações possíveis, bem como para melhor atender a demanda com o transporte dos alunos, visto que o crescimento populacional e demanda de alunos vem aumentando vertiginosamente anualmente e é necessário que a Secretaria Municipal de Educação acompanhe tal aumento para melhor atender aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Ressalto ainda, que houve um crescimento grande de matrículas de crianças com deficiência na Rede Municipal de Ensino.

Segue a baixo o histórico de renovação da atual contratação:



CONTRATO	PERÍODO	PERÍODO ACUMULADO
024/CPL/2019	28/05/2019 à 27/05/2020	12 MESES
TERMO ADITIVO 001	RERRATIFICAÇÃO – ACRÉSCIMO DE VEÍCULOS	
TERMO ADITIVO 002	28/05/2020 à 27/05/2021	24 MESES
TERMO ADITIVO 003	28/05/2021 à 27/05/2022	36 MESES
TERMO ADITIVO 004	28/05/2022 à 27/05/2023	48 MESES
TERMO ADITIVO 005	28/05/2023 à 27/05/2024	60 MESES

Considerando o tempo necessário para o término da contratação que pode levar até 4 (quatro) meses, em razão das impugnações, eventuais manifestações junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como pedidos de esclarecimentos;

Considerando que o serviço, como já exposto no corpo do presente Estudo Técnico Preliminar, não pode ser descontinuado, sob pena de não ser possível a continuidade dos alunos as suas atividades educacionais e pedagógicas nas Unidades Escolares, ou seja, por não termos o transporte os alunos irão faltar aulas;

Considerando que os 60 (sessenta) meses de relação contratual com a atual empresa de locação de veículo serão alcançados em 27/05/2024;

Considerando o tempo necessário para que a eventual vencedora do certame licitatório se prepare para a prestação do serviço, podendo necessitar de tempo para equipar as Vans Escolares, realizar as contratações de mão de obra e demais ajustes para a total execução do Contrato.

Venho no sentido de sugerir que a Administração já realize as devidas providências necessárias para que seja prorrogado de forma excepcional o serviço em comento, para que não interfira na vida escolar dos alunos e só proceda com a rescisão quando os veículos e mão de obra sejam efetivamente entregues à Secretaria Municipal de Educação.

A referida sugestão vem de encontro tão somente a necessidade de não descontinuarmos com a prestação do serviço aos nossos alunos que, como já exposto, dependem exclusivamente do transporte escolar com as vans para que seus direitos constitucionais a uma educação de qualidade venham a ser resguardados.

## **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**11.1** Considerando a grande quantidade de interessados nos certames licitatórios de uma forma geral e quantidade de itens e veículos que serão destinados a Secretaria Municipal de Educação e em respeito às normas legais a licitação deverá ocorrer pelo menor preço por item o que atrairá uma maior quantidade de licitantes e a possibilidade de se obter o menor valor por proposta enviada.

**11.2** Sendo assim, entendemos viável e optamos pelo parcelamento da solução, devendo o certame licitatório ocorrer por item.

## **12. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

---

A Empresa contratada para prestar o serviço de transporte deverá implementar ações que reduzam o descarte de materiais referente a manutenção dos veículos, adquirindo peças de qualidade para que tenham uma vida útil maior e direcionar as peças e equipamentos danificados para a reciclagem ou sua correta destinação de forma a não impactar negativamente o meio ambiente.

Considerando a necessidade de buscarmos práticas sustentáveis com a finalidade de proteger os recursos naturais, ou seja, salvaguardar o meio ambiente, deve ser aplicado mecanismos com a finalidade de reduzir o consumo excessivo de água na limpeza dos veículos com a utilização de pressurizador de alta pressão, que ajudará a reduzir a quantidade de água a ser utilizada, bem como, produtos que não agredam o meio ambiente, detergentes, sacos plásticos e insumos biodegradáveis, também com a utilização de equipamentos que tenham a vida útil de uma maior duração, bem como demais práticas ecológicas a serem adotadas pela empresa contratada.

Algumas das medidas que devem ser adotadas:

**12.1** É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços prestados;

**12.2** É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativos à contratação;

**12.3** A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho (SST - Saúde e Segurança do Trabalho);

**12.4** É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

**12.5** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços, se for o caso aplicável pela legislação.

**12.6** A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas.

**12.7** A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o descarte dos óleos utilizados nos veículos.



**12.8** Entendo viável que a Empresa Licitante encaminhe declaração de que busca meios de reduzir os impactos gerados pela sua atividade econômica com intuito de salvaguardar o meio ambiente.

### **13. RESULTADOS PRETENDIDOS**

---

**13.1** A Secretaria Municipal de Educação tendo um cuidado especial com todos os alunos da Rede Municipal de Educação tem o intuito de obter resultados satisfatórios para cada tipo de aquisição quando da descrição da necessidade da contratação, que em suma se apresenta abaixo:

ITEM	RESULTADO PRETENDIDO
01 - 07	Espera-se que a solução apresentada contribua na vida acadêmica dos alunos de forma positiva, possibilitando que os alunos se sintam bem, satisfeitos e incluídos, sem que passem por situações de constrangimentos por não possuírem condições financeiras de se deslocar até o ambiente escolar. A solução também impacta na assiduidade dos alunos na escola.

### **14. ESTIMATIVA DOS VALORES A SEREM CONTRATADOS**

---

**14.1** Na tentativa de formar o preço para a contratação pretendida foi verificado no Painel de Preços contratações similares e apenas para o veículo hatch com e sem motorista é que foi encontrado valor com a descrição semelhante, quanto aos demais veículos, por requerer a apresentação de monitora, o que é de suma importância para a segurança dos alunos na entrada, saída do veículo, bem como no auxílio da travessia das vias (ruas) não foi possível localizar a descrição do item.

**14.2** A despesa total estimada da contratação não foi levantada junto ao mercado e na tentativa de verificar no site Painel de Preços e Notas Fiscais não vislumbramos os itens a serem cotados, ressaltando que uma das dificuldades também é em razão do piso salarial dos funcionários (sendo diferente em cada região) que impactam no preço da proposta e por fim no preço da contratação, considerando que os autos ainda serão objeto de análise e pesquisa de preços pelo setor competente, vimos justificar a ausência da estimativa dos valores no presente estudo, dada a especificidade dos itens, pois apesar de serem comuns possuem características distintas, como a necessidade de monitora para as vans.

### **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

---

**15.1** Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, ou seja, a locação dos veículos para o atendimento da demanda Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares, a Equipe de Planejamento considera que a contratação em tela é **viável**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração e principalmente do interesse público.



## **16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

---

**16.1** A contratação mostra-se atualmente viável na modalidade legal e está em conformidade com o orçamento, haja vista que se trata de uma aquisição que é fundamental para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nova Iguaçu, 12 de março de 2024.

DAVID DOS SANTOS PEDRO  
**Subsecretário de Gestão de Recursos Financeiros - SEMED**  
**Mat.: 11/701.195-0**

ANEXO I - MEMÓRIA DE CÁLCULO

	VEICULO	TIPO	LOCAL
1	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista	Atende as demandas da Secretária de Educação e Casa do Professor
2	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista	Atende as demandas da Secretária de Educação e Casa do Professor
3	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 70 alunos da E.M. Adrianópolis, que moram em áreas rurais onde o ônibus não consegue acessar.
4	VAN	Sem acessibilidade, c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 60 alunos da E.M. Jardim Montevideo, que moram em áreas rurais onde o ônibus não consegue acessar.
5	VAN	Sem acessibilidade, c/ motorista e monitora	Transporta diariamente os alunos da C.E. dos Lirios e E M Prof.ª Irene, atende prioritariamente 30 alunos da área rural de difícil acesso onde o ônibus não consegue acessar.
6	VAN	Sem acessibilidade, c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 33 alunos da E.M. Barão de Tinguá, que moram em áreas rurais onde o ônibus não consegue acessar.
7	VAN	Sem acessibilidade, c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 54 alunos da E.M. Tabelião Murilo Costa, em áreas de difícil acesso onde não tem disponibilidade de ônibus.
8	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista e monitora	Atende as demandas da Secretária de Educação e Casa do Professor
9	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 60 alunos da E.M. Lucia Viana Capelli, que moram em áreas rurais onde o ônibus não consegue acessar.
10	VAN	Sem acessibilidade c/ motorista e monitora	Transportará diariamente os alunos da E.M. Vale do Tinguá que moram em áreas rurais onde o ônibus não consegue acessar.
11	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 18 alunos da E.M. Paul Harris, com deficiência, considerando que a escola é localizada numa região de difícil acesso aos mesmos.
12	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 15 alunos que possuem dificuldades e locomoção, com deficiência.
13	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 13 alunos com deficiência.
14	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transporta diariamente 10 alunos com deficiência.
15	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transportará diariamente uma média de 10 alunos com deficiência, reduzindo a fila de espera de alunos com essa necessidade.
16	VAN	Com acessibilidade c/ motorista e monitora	Transportará diariamente uma média de 10 alunos com deficiência, reduzindo a fila de espera de alunos com essa necessidade.
17	UTILITÁRIO	Adaptado para passageiro e carga c/ motorista	Transporta diariamente equipe de Manutenção as Unidade Escolares
18	UTILITÁRIO	Adaptado para passageiro e carga c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de T.I.
19	CARRO	Hatch 04 portas c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas da Secretária de Educação
20	CARRO	Hatch 04 portas c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Alimentação Escolar
21	CARRO	Hatch 04 portas c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Supervisão Escolar
22	CARRO	Hatch 04 portas sem motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Transporte Escolar
23	CARRO	Hatch 04 portas c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Protocolo
24	CARRO	Hatch 04 portas c/ motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Pedagógico
25	MOTO	125 CC c/ baú para carga e motorista	Atender prioritariamente as demandas do Setor de Protocolo e Financeiro

Considerando a lotação máxima de cada veículo e as necessidades de atendimento a Educação Especial, as vans realizam mais de 01(uma) viagem, de acordo com a necessidade.





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

FORMULÁRIO DE PROPOSTA

PROCESSO: 2023/054.989

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para atendimento às Unidades Escolares e Administrativas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu.

EMPRESA:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

SITE/EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
VEÍCULO TIPO PASSEIO					
1	Veículo tipo passeio, cor branca, modelo hatch 0 km, completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>com motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total e plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção e peças por conta da Contratada. Combustível Flex. Obs.: <b>Um motorista por veículo.</b>	5	0	0	0
2	Veículo tipo passeio, cor branca, modelo hatch 0 km, completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>sem motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total e plotado com a logomarca da Prefeitura, manutenção e peças por conta da Contratada. Combustível Flex.	1	0	0	0
VEÍCULO TIPO VAN					
3	Veículo utilitário, tipo van, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b> , com ar condicionado, 0 km, com potência de, no mínimo 75 c.v., encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida</b> , plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção e peças por conta da Contratada. Combustível: Diesel. Coberto com seguro total. Obs.: <b>Um motorista e monitora por veículo.</b>	8	0	0	0
4	Veículo utilitário, tipo van, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b> , com ar condicionado, 0 km, com potência de, no mínimo 75 c.v., encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida</b> , plotado com a logomarca da Prefeitura, manutenção e peças por conta da Contratada. Combustível: Diesel. Coberto com seguro total. Obs.: <b>Um motorista por veículo.</b>	2	0	0	0
5	Veículo utilitário, tipo van, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b> , com ar condicionado, 0 km, com potência de no mínimo 75 c.v., encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <b>sem abastecimento, com acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida</b> , plotado com a logomarca da Prefeitura, manutenção e peças por conta da Contratada. Combustível: Diesel. Coberto com seguro total. Obs.: <b>Um motorista e monitora por veículo.</b>	6	0	0	0
VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO					
6	Veículo utilitário, para transporte de equipe de manutenção e carga, adaptada para 05 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b> , 0 km, com ar condicionado, com potência de no mínimo 75 c.v., encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, 04 portas, com caçamba com um volume aproximado de 683 litros e carga aproximada de 650 kg, com lona para cobrir (coberta), tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento, plotado com a logomarca da Prefeitura, manutenção e peças por conta da Contratada. Coberto com seguro total. Combustível: Diesel. Obs.: <b>Um motorista por veículo.</b>	2	0	0	0
VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA					
7	Motocicleta, duas rodas, 0 km, quilometragem livre, cilindragem cúbica igual ou superior a 125 cc, arrefecido a ar; potência 13 c.v. transmissão de 5 (CINCO) velocidades; partida elétrica, capacidade mínima do tanque de 10 (dez) litros, capacidade para condutor e bagageiro, freio a disco na roda dianteira e a disco ou a tambor na roda traseira, vão livre do solo de, pelo menos 220 mm, equipamento de segurança tipo antena e equipamento de proteção para membros inferiores, giroscópio intermitente visual, Digilight led intermitente, na cor vermelha, módulo – sirene, capacete e demais equipamentos de segurança; Adesivagem com a logomarca da Prefeitura nos dois lados do tanque de combustível; Possuir os padrões de visualização definidos pelo Código de trânsito Brasileiro e /ou órgãos públicos competentes; Possuir os equipamentos e documentação obrigatórios definidos no Código de Trânsito Brasileiro; sem combustível, <b>com condutor</b> para ficar à disposição da Contratante, manutenção e peças por conta da Contratada; com bagageiro (baú para carga). Combustível: Gasolina. Coberto com seguro total. Obs.: <b>Um motorista por veículo.</b>	1	0	0	0
TOTAL GERAL					

DATA:

PRAZO DE ENTREGA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Carimbo da Firma, Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa





**UNIFORME - MONITORA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Blusa de algodão, gola olímpica, branca com viés azul e logo da Prefeitura e identificação nas costas "MONITORA"	UNID	4	0	0
2	Calça brim ou jeans, azul	UNID	4	0	0
TOTAL GERAL 12 MESES					0
CUSTO POR FUNCIONÁRIO					0

**UNIFORME - MOTORISTA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Blusa de algodão, gola olímpica, branca com viés azul e logo da Prefeitura e identificação nas costas "MOTORISTA"	UNID	4	0	0
2	Calça brim ou jeans, azul	UNID	4	0	0
TOTAL GERAL 12 MESES					0
CUSTO POR FUNCIONÁRIO					0



PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

ANEXO II - PLANILHAS DE CUSTO					
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA					
CONSIDERAÇÕES GERAIS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	ITEM 1	ITEM 4	ITEM 6	ITEM 7
NATUREZA DOS CUSTOS	INCIDÊNCIA DOS CUSTOS	R\$	R\$	R\$	R\$
	Depreciação				
	Licenciamento				
	Seguro Obrigatório				
	Seguro Total				
	SUBTOTAL (CUSTOS FIXOS)[A]				
	Manutenção				
	Manutenção - Ar Condicionado				
	Pneus/Câmara				
	Lubrificantes				
	Lavagem				
	Outros (especificar) -				
	SUBTOTAL (custos variáveis)[B]				
	Valor homem mês				
	Encargos Sociais				
	Benefícios (plano de saúde)				
	Uniformes				
	Vale transporte (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)				
	V.alimentação (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)				
	Seguro de vida				
	Outros (especificar)				
	SUBTOTAL (custos Motoristas)[C]				
OUTROS CUSTOS A ACRESCENTAR					
Impostos e Tributos (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL DE CADA IMPOSTO E TRIBUTOS)					
Lucro (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)					
Administração Central (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)					
SUBTOTAL (outros custos a acrescentar)[D]					
CUSTO TOTAL UNITÁRIO (A+B+C+D) R\$					

\* OBS.: ENVIAR Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que serviu de parâmetro com abrangência Territorial em Nova Iguaçu



ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS		
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS "TIPO PASSEIO" SEM MOTORISTA		
CONSIDERAÇÕES GERAIS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	ITEM 2
NATUREZA DOS CUSTOS	INCIDÊNCIA DOS CUSTOS	R\$
	Depreciação	
	Licenciamento	
	Seguro Obrigatório	
	Seguro Total	
	SUBTOTAL (CUSTOS FIXOS)[A]	
	Manutenção	
	Manutenção - Ar Condicionado	
	Pneus/Câmara	
	Lubrificantes	
	Lavagem	
	Outros (especificar) -	
	SUBTOTAL (custos variáveis)[B]	
OUTROS CUSTOS A ACRESCENTAR		
	Impostos e Tributos (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL DE CADA IMPOSTO E TRIBUTOS)	
	Lucro (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)	
	Administração Central (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)	
	SUBTOTAL (outros custos a acrescentar)[C]	
	CUSTO TOTAL UNITÁRIO (A+B+C) R\$	

\* OBS.: ENVIAR Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que serviu de parâmetro com abrangência Territorial em Nova Iguaçu





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS			
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS "TIPO VAN" COM MOTORISTA E MONITORA			
CONSIDERAÇÕES GERAIS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	ITEM 3	ITEM 5
NATUREZA DOS CUSTOS	INCIDÊNCIA DOS CUSTOS	R\$	R\$
	Depreciação		
	Licenciamento		
	Seguro Obrigatório		
	Seguro Total		
	SUBTOTAL (CUSTOS FIXOS)[A]		
	Manutenção		
	Manutenção - Ar Condicionado		
	Pneus/Câmara		
	Lubrificantes		
	Lavagem		
	Outros (especificar) -		
	SUBTOTAL (custos variáveis)[B]		
	Valor homem mês		
	Encargos Sociais		
	Benefícios (plano de saúde)		
	Uniformes		
	Vale transporte (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)		
	V.alimentação (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)		
	Seguro de vida		
	Outros (especificar)		
	SUBTOTAL (custos Motoristas)[C]		
	Valor homem mês		
	Encargos Sociais		
	Benefícios (plano de saúde)		
	Uniformes		
	Vale transporte (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)		
	V.alimentação (ANEXAR MEMÓRIA DE CÁLCULO)		
	Seguro de vida		
	Outros (especificar)		
	SUBTOTAL (custos Monitora)[D]		
OUTROS CUSTOS A ACRESCENTAR			
Impostos e Tributos (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL DE CADA IMPOSTO E TRIBUTOS)			
Lucro (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)			
Administração Central (%) (ESPECIFICAR PERCENTUAL)			
SUBTOTAL (outros custos a acrescentar)[E]			
CUSTO TOTAL UNITÁRIO (A+B+C+D+E) R\$			

\* OBS.: ENVIAR Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho que serviu de parâmetro com abrangência Territorial em Nova Iguaçu





PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

BALIZA DE PREÇO PARA A LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MENOR VALOR - BALIZA DE PREÇOS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
VEICULO TIPO PASSEIO						
1	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <u>com motorista</u> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.	UNID.	5	R\$ 5.900,00	R\$ 29.500,00	R\$ 354.000,00
2	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <u>sem motorista</u> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial).	UNID.	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
VEICULO TIPO VAN						
3	<b>Veículo utilitário, tipo van</b> , para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b> , com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. a 3.500 rpm, motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.	UNID.	8	R\$ 18.800,00	R\$ 150.400,00	R\$ 1.804.800,00
4	<b>Veículo utilitário, tipo van</b> , para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b> , com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. (mínima), motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição "TRANSPORTE ESCOLAR" em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.	UNID.	2	R\$ 15.278,76	R\$ 30.557,52	R\$ 366.690,24



ANEXO II - FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 2023/054.989

Licitação n.º 003/CPL-SEMED/24

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: Menor Preço Por Item

**OBJETO:**

EMPRESA:  
INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
INSCRIÇÃO NO CNPJ:  
ENDEREÇO:  
TELEFONE:  
SITE/EMAIL:  
N.º CONTA BANCÁRIA:

BANCO/AGÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Menor Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
VEÍCULO TIPO PASSEIO					
1	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>com motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial) Obs.: Um motorista por veículo.	05			
2	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>sem motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo	01			

	– meramente referencial).				
	<b>VEÍCULO TIPO VAN</b>		<b>Menor Valor Unitário</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
3	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. a 3.500 rpm, motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.</p>	08			
4	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. (mínima), motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial).</p>	02			

	Obs.: Um motorista por veículo.				
5	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v., motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm., encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento, <u><b>com acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida, adaptada para comportar 3 cadeiras de rodas, mais 5 bancos.</b></u> Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.</p>	06			
<b>VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO</b>					
6	<p><b>Veículo utilitário, para transporte de equipe de manutenção e carga</b>, adaptada para 05 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b>, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com ar condicionado, com potência de no mínimo 170 c.v., motorização: 2.0, Combustível: diesel, câmbio: 9 marchas (manual), entre-eixos: 2.990 (mínimo), encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, 04 portas, com caçamba com um volume aproximado de 930 litros e com capacidade de carga aproximada de 1.000 kg, com lona para cobrir (coberta), tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Fiat Toro Volcano 2.0 diesel AT 9 4 x 4 2024 – marca meramente referencial).</p>	02			

	Obs.: Um motorista por veículo.				
<b>VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA</b>					
7	<p><b>Motocicleta, duas rodas, 0 km,</b> Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), quilometragem livre, cilindragem cúbica igual ou superior a 125 cc, arrefecido a ar; potência 13 c.v. transmissão de 5 (cinco) velocidades; partida elétrica, capacidade mínima do tanque de 15 (quinze) litros, injeção eletrônica, capacidade para condutor e bagageiro, freio a disco na roda dianteira e a disco ou a tambor na roda traseira, vão livre do solo de, pelo menos 175 mm, equipamento de segurança tipo antena e equipamento de proteção para membros inferiores, giroscópio intermitente visual, Digilight led intermitente, na cor vermelha, módulo – sirene, capacete e demais equipamentos de segurança; Adesivagem com a logomarca da Prefeitura nos dois lados do tanque de combustível; Possuir os padrões de visualização definidos pelo Código de trânsito Brasileiro e /ou órgãos públicos competentes; Possuir os equipamentos e documentação obrigatórios definidos no Código de Trânsito Brasileiro; sem combustível, <b><u>com condutor</u></b> para ficar á disposição da Contratante. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada; com bagageiro (baú para carga). Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. (Tipo Yamaha Factor 125i UBS 2024 – marca meramente referencial).</p>	01			

PREÇO TOTAL OFERTADO:

PRAZO DE EXECUÇÃO:

DATA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Firma, Nome e Assinaturado  
Representante Legal da Empresa

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

**Razão Social:**

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **003/CPL/SEMED/2024**, declaramos que cumprimos todos os requisitos de habilitação necessários para participar da licitação em epígrafe.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Razão Social:** .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **003/CPL/SEMED/2024**, nossa empresa declara que:

- Não possuímos nosso quadro funcional servidor público ou em nosso quadro funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo nº 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada



**ANEXO V**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

À

CPL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº **003/CPL/SEMED/2024**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) . . . . ., nacionalidade . . . . ., cédula de identidade nº . . . . ., emitido pelo . . . . ., para, em nome da . . . . .(nome da empresa), participar do Pregão Eletrônico sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada

## ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA  
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

.....(Razão Social da Licitante)....., inscrita no CNPJ nº ....., por  
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade  
nº ..... e do CPF nº.....**DECLARA**, para fins do disposto no subitem 4.4 do Edital, do  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/CPL/SEMED/2024**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta  
empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006.

**DECLARA** ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar  
supracitada.

\_\_\_\_\_  
(Local/Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO 6.1**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO**  
**BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO ELETRÔNICO – 003/CPL/SEMED/2024

Prezados Senhores,

.....(Razão Social da Licitante), inscrita no CNPJ nº ....., vem, DECLARAR, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)** e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
(Local/Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do empresário individual)

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa**

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

ANEXO 6.2  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO  
BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006

PREGÃO ELETRÔNICO – 003/CPL/SEMED/2024

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_.

Inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o (a) Sr.

(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488/07 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

**ANEXO VII**

(MODELO)

**Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal**

A (empresa ou pessoa física)..... ,  
inscrita no CNPJ/CPF nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)..... ,  
portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... ,  
**DECLARA**, para fins do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1998.

Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal: “... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

Local e data

Assinatura do representante  
legal da empresa devidamente  
identificada

## ANEXO VIII - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

## PREGÃO ELETRÔNICO - 003/CPL/SEMED/2024

Prezados Senhores,

A empresa \_\_\_\_\_ de CNPJ  
nº \_\_\_\_\_ representada pelo(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_ declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do  
Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133, atestando que não possui em  
seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não  
possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada



**CONTRATO Nº \_\_\_\_/CPL/SEMED/2024 PARA A  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES PARA ATENDIMENTO ÀS  
UNIDADES ESCOLARES ADMINISTRATIVAS  
QUE COMPÕEM A REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO DE NOVA IGUAÇU, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

---

O **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Athaíde Pimenta de Moraes, nº 528, Centro, Nova Iguaçu, CNPJ nº 29.138.278/0001-01, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela Sra. Secretária Municipal de Educação MARIA VIRGÍNIA ANDRADE ROCHA, portadora da carteira de identidade número 11.807.592-8, expedida pelo IFP, inscrita no CPF/MF sob o número 078.484.887-48, e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, BAIRRO \_\_\_\_\_, CIDADE: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, portador da C.I. nº \_\_\_\_\_ expedida pelo \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES ESCOLARES ADMINISTRATIVAS**, de acordo com o processo administrativo nº 2023/054.989 e da Licitação nº \_\_\_\_/CPLSEMED/2024, Pregão Eletrônico, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 12.997/2022, considerando-se sempre as respectivas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes.

---

**ÍNDICE**

**1. Do objeto**



2. **Do Prazo de Vigência**
3. **Das obrigações do Município**
4. **Das obrigações da Contratada**
5. **Do equilíbrio econômico-financeiro do valor contratado**
6. **Dotação Orçamentária**
7. **Gestão e Fiscalização**
8. **Recebimentos provisório e definitivo**
9. **Responsabilidade civil e administrativa**
10. **Condições de pagamento**
11. **Garantia de execução contratual**
12. **Alteração contratual**
13. **Exceção de inadimplemento**
14. **Sanções contratuais**
15. **Formas de extinção**
16. **Subcontratação**
17. **Publicação**
18. **Contagem de prazos**
19. **Foro de eleição**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.1.** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores para atendimento as unidades Escolares e Administrativas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº  
2023/054.989

ITE M	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
<b>VEÍCULO TIPO PASSEIO</b>					
1	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>com motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial) Obs.: Um motorista por veículo.	05			
2	<b>Veículo tipo passeio</b> , cor branca, modelo hatch 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), motorização: 1.0, combustível: flex, potência (cv): 71 (mínimo), câmbio: manual 05 marchas, direção: elétrica, entre eixos: 2.521 mm (mínimo) completo 04 portas, com ar condicionado, quilometragem livre, sem combustível e <b>sem motorista</b> por conta da contratada, devidamente regularizado junto ao DETRAN/RJ, coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (tipo Fiat Argo – meramente referencial).	01			
<b>VEÍCULO TIPO VAN</b>			<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>



3	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. a 3.500 rpm, motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.</p>	08			
4	<p><b>Veículo utilitário, tipo van</b>, para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista</b>, com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v. (mínima), motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, <u><b>sem abastecimento, sem acessibilidade para alunos</b></u> com</p>	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº  
2023/054.989

	deficiências ou mobilidade reduzida. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.				
5	<b>Veículo utilitário, tipo van</b> , para transporte escolar, com capacidade para, no mínimo 15 passageiros, cor branca, <b>com motorista, com monitora</b> , com ar condicionado, 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com potência: 136 c.v., motorização: 2.3 (mínimo), combustível: diesel, Câmbio: manual com 6 marchas, direção: eletro-hidráulica, entre-eixos: 4.332 mm,, encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, porta lateral do lado direito, com faixa horizontal amarela com inscrição “TRANSPORTE ESCOLAR” em preto, tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento, <u><b>com acessibilidade para alunos com deficiências ou mobilidade reduzida, adaptada para comportar 3 cadeiras de rodas, mais 5 bancos.</b></u> Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Renault Master Minibus Executive – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista e monitora por veículo.	06			
<b>VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO</b>					
6	<b>Veículo utilitário, para transporte de equipe de manutenção e carga</b> , adaptada para 05 passageiros, cor branca, <u><b>com motorista</b></u> , 0 km, Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), com ar condicionado, com potência de no mínimo 170 c.v., motorização: 2.0, Combustível:	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº  
2023/054.989

	diesel, câmbio: 9 marchas (manual), entre-eixos: 2.990 (mínimo), encosto de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros, 04 portas, com caçamba com um volume aproximado de 930 litros e com capacidade de carga aproximada de 1.000 kg, com lona para cobrir (coberta), tapetes de borracha, com equipamentos e acessórios conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, apropriado para trafegar em estradas pavimentadas não pavimentadas e vicinais, quilometragem livre, sem abastecimento. Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da Contratada. (Tipo Fiat Toro Volcano 2.0 diesel AT 9 4 x 4 2024 – marca meramente referencial). Obs.: Um motorista por veículo.				
<b>VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA</b>					
7	<b>Motocicleta, duas rodas, 0 km</b> , Fabricação/modelo: 2024/2024 (mínimo), quilometragem livre, cilindragem cúbica igual ou superior a 125 cc, arrefecido a ar; potência 13 c.v. transmissão de 5 (cinco) velocidades; partida elétrica, capacidade mínima do tanque de 15 (quinze) litros, injeção eletrônica, capacidade para condutor e bagageiro, freio a disco na roda dianteira e a disco ou a tambor na roda traseira, vão livre do solo de, pelo menos 175 mm, equipamento de segurança tipo antena e equipamento de proteção para membros inferiores, giroscópio intermitente visual, Digilight led intermitente, na cor vermelha, módulo – sirene, capacete e demais equipamentos de segurança; Adesivagem com a logomarca da Prefeitura nos dois lados do tanque de combustível; Possuir os padrões de visualização definidos pelo Código de trânsito Brasileiro e /ou órgãos públicos competentes; Possuir os equipamentos e documentação obrigatórios definidos no Código de Trânsito Brasileiro; sem combustível, <b>com condutor</b> para ficar á disposição da Contratante. Manutenção, assistência técnica e peças por conta da	01			



	Contratada; com bagageiro (baú para carga). Coberto com seguro total (furto, roubo, colisão, danos a terceiros e fenômenos da natureza), plotado com a logomarca da Prefeitura. (Tipo Yamaha Factor 125i UBS 2024 – marca meramente referencial).				

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

O prazo de entrega do serviço é de 15 (quinze) dias, corridos, contados da emissão da ordem de serviço. Para os veículos adaptados, será concedido 20 (vinte) dias, corridos, a contar da ordem de serviço, para o início da execução do serviço.

**Parágrafo único.** O prazo de vigência do contrato administrativo poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a proposta das CONTRATADA seja mais vantajosa para o Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização e a gestão do contrato, observando as diretrizes do Decreto Municipal n.º 12.997/2022;
- receber todos os requerimentos e solicitações formulados pela contratada, adotando as providências para que as respostas sejam apresentadas de forma conclusiva observados os prazos legais e normativos;
- receber provisória e definitivamente o objeto contratado, nos termos deste contrato;
- emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- 17.1. Fornecer os veículos de acordo com as normas vigentes e as especificações da administração da SEMED;
- 17.2. Disponibilizar os veículos, devidamente registrados e licenciados, conforme características e especificações constantes deste Termo de Referência, sendo vedada a utilização para fins diferente do indicado;
- 17.3. Os veículos deverão ser de propriedade da CONTRATADA e deverão estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com equipamentos obrigatórios, exigidos pela legislação de Trânsito;
- 17.4. Os veículos fornecidos deverão ser novos (zero quilômetro) e terão de ser substituídos pela contratada quando atingirem no máximo 24 (vinte e quatro meses de fabricação ou 80.000 km rodados, o que ocorrer primeiro), obedecido o prazo contratual.
- 17.5. Responsabilizar - se, integralmente, pela contratação de seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, danos materiais e danos corporais, sendo globalmente responsabilizada dos direitos estabelecidos em seguros que venham a contratar, inclusive pelas franquias, sem ônus e responsabilidades para a CONTRATANTE;
- 17.6. A plena isenção de responsabilidade da CONTRATANTE estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrentes de usos e caso fortuitos e que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora;
- 17.7. Suprir as imobilizações dos veículos por acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra responsabilidade da CONTRATANTE, com veículo reserva de características idênticas e nas mesmas condições estabelecidas nos Termo de Referência, no prazo máximo de 02 hs (duas horas), ou 05 hs (cinco horas), conforme o seu uso, de forma que não haja descontinuidade de sua utilização (uma vez que o serviço é contínuo e atende as crianças que precisam se deslocar no trajeto casa-escola e escola-casa, bem como a necessidade contínua dos demais veículos), ou seja, que fique garantido o deslocamento dos alunos da casa a sua residência e vice-versa sem prejuízos a estes;
- 17.8. Manter os veículos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;
- 17.9. As manutenções preventiva e corretiva dos veículos serão realizadas por conta da CONTRATADA, sem ônus para o órgão ou entidades da CONTRATANTE, inclusive no que toca à iniciativa de tal manutenção que será de obrigação da contratada, considerando a média de utilização de 4.500 km por mês para efeito de planejamento;
- 17.10. Apresentar, quando alterar o modelo ou marca de um veículo, comprovação de que o mesmo está com seu plano de manutenção em dia;



- 17.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre prestação de serviços, exceto quando o condutor der causa;
- 17.12. Manter pessoal capacitado a atender as suas obrigações contratuais, indicando um representante para atuar de forma conjunta com o responsável pela área de transportes do órgão ou entidade CONTRATANTE, bem como disponibilizando números de telefones que atendam, 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados, a emergências e substituições de veículos, quando se fizerem necessárias;
- 17.13. Atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do presente Termo, responsabilizando - se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, planos de saúde e outras;
- 17.14. Responsabilizar- se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão ou entidade CONTRATANTE, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.
- 17.15. Responder as ações e /ou reclamações arguidas por terceiros contra o órgão CONTRATANTE e arcar com ônus decorrentes, por prejuízos.
- 17.16. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habitação e qualificação exigida neste TERMO;
- 17.17. Comunicar antecipadamente a data e o horário da entrega, não sendo aceito os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- 17.18. Prestar os esclarecimentos que foram solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;
- 17.19. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do órgão ou entidade CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do veículo, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;
- 17.20. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 17.21. A falta de entrega de quaisquer dos veículos, cujo serviço de locação incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste TERMO e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 17.22. Respeitar as resoluções, Normas e instruções do Município e aceitar integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle dos veículos, adotados pela Fiscalização do órgão ou entidade a que atender;





17.23. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação - SEMED, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgados necessários para a execução do contratado;

17.24. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

17.25. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo - lhe integralmente os ônus dele decorrentes;

17.26. Arcar com as despesas com seguro e transportes dos veículos até os locais de entrega;

17.27. Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação, que será observado, quando dos pagamentos à contratada, ao longo da vigência do contrato, conforme o previsto no Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

17.28. Prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos veículos, sempre que a ela imputáveis.

17.29. Acatar as instruções emanadas da fiscalização.

17.30. Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes aos serviços, a menos que expressamente autorizada pelo MUNICÍPIO.

17.31. Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

17.32. Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;

Não transferir ou ceder a obrigação prevista neste Termo de Referência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

**Parágrafo único.** No cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá observar as disposições do Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO VALOR CONTRATADO**

O valor total estimado para este contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo o pagamento efetuado mensalmente de acordo a prestação efetiva do serviço objeto desta licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.





**Parágrafo primeiro.** Consideram-se incluídos no preço previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

**Parágrafo segundo.** Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar do orçamento estimado. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento da contratada, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

**Parágrafo terceiro.** Os preços contratados somente poderão ser repactuados após ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta para os insumos e materiais ou da data do instrumento de negociação coletiva utilizado para elaboração da proposta para os custos de mão de obra, devendo ser realizada mediante expresse e fundamentado requerimento da contratada.

**Parágrafo quarto.** Os requerimentos de reajuste e repactuação deverão ser formulados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data do advento do direito respectivo, sob pena de configurada decadência.

**Parágrafo quinto.** A revisão do contrato poderá ser requerida a qualquer tempo, desde que observado o prazo de vigência do contrato administrativo e o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contado da data do evento ensejador do desequilíbrio, devendo ser formulada mediante expresse e fundamentado requerimento da contratada, observadas as diretrizes e condicionantes previstas no Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

**Parágrafo sexto.** Em caso de prorrogação fundada no art. 107, da Lei n.º 14.133/2021, caberá à contratada ressaltar expressamente o direito ao reajuste, à repactuação e à revisão, sob pena de preclusão do direito.

**Parágrafo sétimo.** Os requerimentos formulados pela contratada deverão observar a instrução exigida pelo Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

**Parágrafo oitavo.** Os pedidos serão recebidos pela fiscalização do contrato e deverão ser respondidos de forma conclusiva observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de recebimento, prazo este que será suspenso em caso de diligência que depende de ato a ser cumprido ou documento a ser apresentado pela contratada.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostada aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 02.07.01.12.361.5001.2001 E 02.07.01.12.361.5103.2018

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39



**FONTE DE RECURSOS:**                      **Próprios/Salário Educação/PNATE**

**NOTA DE EMPENHO:**

**Parágrafo único.** As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

- a) O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
18. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
19. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
20. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Contrato.
21. Após a assinatura do Contrato o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
22. Fiscalização:
- a. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e demais legislações correlacionadas.



- b. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, em atenção ao art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.
- c. O Fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, art.10 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.
- d. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme inciso III, do art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022.
- e. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- f. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- g. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- h. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



- i. A fiscalização que trata o subitem 17.6 e demais divisões do referido item, deve ser realizada de forma ampla, ou seja, deve-se estabelecer rotinas de fiscalização *in locu*, tanto nos locais de execução do objeto, como nos locais de produção e armazenamento dos insumos.
2. Gestão do Contrato
  - a. O Gestor do Contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, conforme estabelece o art. 11 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 e Lei Federal 14.133/2021.
  - b. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
  - c. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
  - d. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
  - e. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



- f. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

A existência de registro de sanções no cadastro unificado poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais os incisos I, II e III do art. nº 97 do Decreto Municipal nº 12.997/2022 se refere, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação correlata.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do escopo contratado, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações de execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Após o parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, decorrido o prazo de 20 (vinte) dias, corridos, de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo primeiro.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o recebimento definitivo será sobrestado até que os reparos ou substituições sejam realizados.

**Parágrafo segundo.** A ultrapassagem do prazo fixado na alínea *b* sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo à contratada o direito de apresentar requerimento expresso perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

**Parágrafo terceiro.** O termo mencionado na alínea *a* deve indicar expressamente sua vinculação ao recebimento provisório, resguardando o direito da Administração de rejeitar o serviço não emitindo o recebimento definitivo.



**Parágrafo quarto.** Inobservadas as condições contratadas, o fiscal do contrato deverá rejeitar o serviço quando do advento do prazo final para execução ou após as devidas análises e verificações não assinando o termo de recebimento definitivo e fixando prazo para a reparação pela contratada.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste contrato, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

**Parágrafo primeiro.** A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

**Parágrafo segundo.** As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** O **MUNICÍPIO** fará o pagamento por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.



**Parágrafo segundo.** Eventuais discrepâncias nos serviços prestados deverão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento, devendo ser observada a garantia de manifestação prévia da contratada.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**Parágrafo quarto.** De acordo com o art. 124, inciso I, do Decreto Municipal n.º 12.997/2022, a contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura ou nota fiscal dos serviços executados, os seguintes documentos:

I - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;

II - certidão de regularidade previdenciária, social e trabalhista;

III - medição realizada pela fiscalização do contrato, caso o contrato esteja submetido a tal regime de pagamento.

**Parágrafo quinto.** O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do pedido.

**Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pela contratada, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo oitavo.** Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo nono.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

**Parágrafo décimo.** Em caso de não comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, a contratada deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

**Parágrafo décimo primeiro.** Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em razão do objeto a ser licitado possuir a previsão de contratação de mão de obra, será solicitada a garantia contratual, exceto para o item nº 02 (dois), que não tem a referida exigência.

Será exigido da Contratada a garantia contratual de execução conforme abaixo exposto nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Caberá a Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública;
- Seguro-Garantia ou
- Fiança Bancária.

O Contrato especificará com mais detalhes as regras que serão aplicadas quanto à garantia da contratação.

**Parágrafo primeiro.** Em caso de rescisão do Contrato motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, sem prejuízo do prosseguimento da cobrança quanto à eventual diferença existente entre o dano apurado e a garantia ofertada.

**Parágrafo segundo.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação, nos seguintes casos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à contratante decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas não honradas pela contratada.

**Parágrafo terceiro.** O levantamento da garantia contratual por parte da contratada somente se dará após o recebimento definitivo do objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Admitir-se-á a alteração do contrato na forma prevista no artigo 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, mediante a assinatura de termo aditivo, desde que observados os limites percentuais legais e vedada a transfiguração do objeto inicialmente contratado.

**Parágrafo primeiro.** Para efeito de observância aos limites de alterações contratuais previstos no art.125 da





Lei Federal n.º 14.133/2021, as reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, de modo que o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

**Parágrafo segundo.** Registros que não configurem efetiva alteração do contrato poderão ser realizados mediante mera apostila.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral da prestação dos serviços.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o parágrafo 3º, inciso II, do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa da contratada;
- c) multa de 0,5% a 30% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa da contratada. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa da contratada;



e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo primeiro.** A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da contratada observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

**Parágrafo segundo.** Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

**Parágrafo terceiro.** As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

**Parágrafo quarto.** Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais da contratada, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

**Parágrafo quinto.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever da contratada de reparação integral dos danos causados à Administração.

**Parágrafo sexto.** A aplicação das sanções previstas neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal 12.997/2022.

**Parágrafo sétimo.** Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo oitavo.** A notificação da contratada dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

**Parágrafo nono.** A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo décimo.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem



cobrança amigável, serão inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo décimo primeiro.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS FORMAS DE EXTINÇÃO**

A extinção do contrato dar-se-á em razão do advento do termo final de vigência, exceto nos casos de escopo definido nos quais a ultrapassagem do referido prazo importará na prorrogação automática da vigência que deverá ser acompanhada da formalização de termo aditivo.

**Parágrafo primeiro.** A extinção prematura do contrato dar-se-á nas hipóteses descritas no art. 137, da Lei n.º 14.133/2021, cujas razões deverão ser formalmente apresentadas nos autos do processo administrativo, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa da contratada.

**Parágrafo segundo.** A extinção prematura do contrato, por meio de rescisão unilateral ou bilateral, operará seus efeitos a partir da publicação do respectivo extrato no órgão oficial de divulgação do Município de Nova Iguaçu.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

Após a assinatura do contrato seu inteiro teor deverá ser divulgado, no prazo máximo de 10 (vinte) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo seu extrato ser publicado no DOE-NI e seu inteiro teor inserido no Portal de Transparência da Administração Municipal.

**Parágrafo primeiro.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** deverá inserir os dados deste contrato no SIGFIS ou sistema equivalente para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observados os prazos fixados em deliberações do referido órgão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS**



Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Nova Iguaçu, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

**TESTEMUNHAS**

1 –

2 –